OFL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ: 01.149.952/0001-34

Relatório da administração

Senhores acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente relatório relacionado às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2021.

Balanço patrimonial - em 31 de dezembro - em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.389.447	1.106.219	2.893.870	3.268.494
Aplicações financeiras	6	2.128.048	3.069.657	6.530.143	7.988.121
Contas a receber de clientes	7	-	-	450.147	274.605
Contas a receber PagSeguro	7	-	-	23.428.522	16.102.022
Estoques		-	-	49.537	30.429
Contas a receber de partes relacionadas	10	283	933	6.387	3.320
Impostos a recuperar	8	169.987	158.773	743.990	684.308
Adiantamentos a fornecedores		1.138	534	19.920	18.419
Despesas pagas antecipadamente		1.739	-	169.637	108.192
Dividendos a receber		-	30.060	-	-
Outras contas a receber		441	257	27.661	20.998
Total do circulante		3.691.082	4.366.433	34.319.816	28.498.908
Não circulante					
Contas a receber de clientes	7	-	-	228.880	33.570
Depósitos judiciais		-	-	82.969	38.710
Imposto de renda diferido	9	12.193	10.106	149.041	105.171
Despesas pagas antecipadamente		-	-	17.923	13.306
Outras contas a receber		-	-	30.891	30.891
Propriedade para investimentos		16.000	16.800	85.123	23.031
Investimentos	11	8.170.601	7.838.882	60.660	41.041
Imobilizado	13	-	-	2.309.560	1.816.200
Ativo de direito de uso	14	-	-	220.798	251.181
Intangível	15	-	-	3.684.975	2.068.607
Total do não circulante		8.198.794	7.865.788	6.870.820	4.421.708
Total do ativo		11.889.876	12.232.221	41.190.636	32.920.616

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores	16	3.484	71	863.725	580.803
Obrigações com terceiros	17	-	-	13.217.150	10.101.510
Fornecedores - partes relacionadas	10	5.700	67.003	9.232	10.786
Depósitos	18	-	-	3.056.444	571.996
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.088.234	69.895
Perda não realizado em operação de "swap"		-	-	14.317	-
Salários e encargos sociais	20	-	-	363.449	287.785
Impostos e contribuições		1.802	2.190	89.225	38.429
Provisão para contingências	21	-	-	64.923	58.002
Dividendos estatutários a pagar	23	7.022	21.338	7.340	21.656
Adiantamentos de clientes		-	-	302.417	239.334
Outras contas a pagar	22	26	2.408	235.638	98.315
Total do circulante		18.034	93.009	19.312.095	12.078.511
Não circulante					
Depósitos	18	-	-	77.552	191.355
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	187.816	235.429
Impostos e contribuições		-	-	1.871	152
Imposto de renda diferido	9	-	-	1.544.718	1.298.861
Provisão para contingências	21	-	-	71.028	55.742
Outras contas a pagar	22	-	-	425.377	62.472
Total do não circulante		-	-	2.308.362	1.844.011
Total do passivo		18.034	93.009	21.620.456	13.922.522
Patrimônio líquido					
Capital social	23	1.272.857	1.272.857	1.272.857	1.272.857
Reserva capital	23	12.405	12.405	12.405	12.405
Reserva legal	23	254.571	221.660	254.571	221.660
Reserva de retenção de lucros	23	3.106.739	3.411.926	3.106.739	3.411.926
Ajustes de avaliação patrimonial	23	7.224.422	7.219.517	7.224.422	7.219.517
Outros resultados abrangentes		848	848	848	848
Patrimônio líquido atribuído ao controlador		11.871.842	12.139.212	11.871.842	12.139.213
Patrimônio líquido demais participações	23	-	-	7.698.337	6.858.881
Total do patrimônio líquido		11.871.842	12.139.212	19.570.179	18.998.094
Total do passivo e patrimônio líquido		11.889.876	12.232.221	41.190.636	32.920.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital: Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		1.272.857	12.405	109.357	1.302.813	-	5.346.235	848	8.044.516	8.213.612	16.258.128
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.246.059	-	-	2.246.059	1.965.249	4.211.307
Destinação do lucro líquido:											
Constituição de reserva legal	23	-	-	112.303	-	(112.303)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	(21.338)	-	-	(21.338)	-	(21.338)
Transferência para retenção de lucros	23	-	-	-	2.112.418	(2.112.418)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial											
Ajustes de avaliação patrimonial	23	-	-	-	(3.305)	-	1.873.282	-	1.869.976	-	1.869.976
Aumento de capital	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.319.526)	(3.319.526)
Ajustes de conversão de moeda	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(425)	(425)
Perda de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(28)
Em 31 de dezembro de 2020		1.272.857	12.405	221.660	3.411.926	-	7.219.517	848	12.139.213	6.858.881	18.998.094
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	735.146	-	-	735.146	817.014	1.552.160
Destinação do lucro líquido:											
Constituição de reserva legal	23	-	-	32.911	-	(32.911)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	(7.022)	-	-	(7.022)	-	(7.022)
Transferência para retenção de lucros	23	-	-	-	695.212	(695.212)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos referente exercício de 2020	23	-	-	-	(1.000.399)	-	-	-	(1.000.399)	-	(1.000.399)
Ajustes de avaliação patrimonial	23	-	-	-	-	-	4.904	-	4.904	-	4.904
Não controladores	23	-	-	-	-	-	-	-	-	22.442	22.442
Em 31 de dezembro de 2021		1.272.857	12.405	254.571	3.106.739	-	7.224.421	848	11.871.842	7.698.337	19.570.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida de serviços	26	3.079	2.500	8.698.343	5.826.995
Custo dos serviços prestados	27	(800)	(800)	(7.005.237)	(4.572.237)
Resultado bruto		2.279	1.700	1.693.106	1.254.758
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	27	(12)	-	(1.793.494)	(891.320)
Gerais e administrativas	27	(37.156)	(14.695)	(990.980)	(606.883)
Resultado de equivalência patrimonial	11	620.712	2.173.577	4.227	(51)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(492)	-	31.568	1.840.444
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	24	(13.648)	(21.614)	(1.031.330)	(174.522)
Receita com pré pagamento	24	-	-	3.514.425	2.177.222
Receitas financeiras	24	25.870	22.353	270.313	346.785
Variação cambial, líquida	24	195.443	121.964	368.761	2.026.015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		792.996	2.283.285	2.066.597	5.972.448
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(59.937)	(47.332)	(288.546)	(1.312.488)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.087	10.106	(225.892)	(448.652)
Lucro líquido do exercício		735.146	2.246.059	1.552.160	4.211.308
Atribuível a					
Participação atribuível ao controlador		735.146	2.246.059	735.146	2.246.059
Participação dos não controladores		-	-	817.014	1.965.249
Quantidade de ações		27.854.002	27.854.002	27.854.002	27.854.002
Dividendos por ação (em reais - R$) - básico e diluído		0,03	0,08	0,03	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	23	735.146	2.246.059	1.552.160	4.211.308
Outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado em períodos subsequentes		-	-	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício		735.146	2.246.059	1.552.160	4.211.308
Atribuível a					
Participação do controlador		735.146	2.246.059	735.146	2.246.059
Participação dos não controladores		-	-	817.014	1.965.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais					
Lucro liquido do exercício		792.996	2.283.285	2.066.597	5.972.448
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa					
Depreciação e amortização	13, 14 e 15	800	800	976.088	598.951
Equivalência patrimonial	11	(620.712)	(2.173.577)	(4.227)	51
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	27	-	-	682.402	313.416
Acréscimo (reversão) provisão para contingências	21	-	-	30.572	18.806
Pagamento baseado no Plano de Incentivo de Longo Prazo		-	-	370.629	62.293
Perdas com operação de "Swap"		-	-	14.317	-
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida		-	-	413.064	(47.507)
Provisão para perdas por obsolescência estoques		-	-	113.289	-
Variação de ativos e passivos operacionais					
Contas a receber clientes	7	-	-	(390.475)	(16.149)
Contas a receber PagSeguro	7	-	-	(9.486.211)	(6.209.814)
Aplicações financeiras garantidas		-	-	(84.534)	43.229
Estoques		-	-	(132.398)	31.508
Impostos a recuperar		80.470	59.825	(27.662)	(454.433)
Imposto de renda diferido	9	-	-	(23.905)	(13.230)
Adiantamento a fornecedores		(604)	(534)	(1.501)	(3.255)
Depósitos judiciais		-	-	(44.259)	7.784
Despesas pagas antecipadamente		(1.739)	-	(69.549)	(13.247)
Outras contas a receber		(182)	(259)	(6.518)	(7.955)
Outras contas a pagar	22	(2.381)	2.407	499.924	75.442
Fornecedores	16	3.413	(50)	287.657	164.680
Obrigações com terceiros	17	-	-	3.115.640	4.775.220
Depósitos	10	-	-	2.370.644	763.351
Salários e encargos sociais	20	-	-	75.664	87.165
Impostos e contribuições		(60.325)	(75.514)	50.520	61.511
Adiantamento de clientes		-	-	63.085	154.780
Provisão para contingências	21	-	-	(17.592)	8.918
Caixa gerado pelas atividades operacionais		191.736	96.385	841.264	6.373.963
Imposto de renda e contribuição pagos		(91.683)	(218.325)	(290.050)	(1.827.483)
Juros recebidos		-	-	1.068.450	266.719
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		100.053	(121.940)	1.619.663	4.813.199
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimentos					
Valor pago nas aquisições de investimentos		-	-	(23.410)	(16.158)
Imobilizado	13	-	-	(987.851)	(1.485.376)
Intangível	15	-	-	(2.043.222)	(801.408)
Propriedade para investimentos		-	-	(62.892)	(6.231)
Recebimentos de dividendos		319.053	3.160.548	-	-
Acréscimo de aplicações financeiras	6	941.609	(1.938.664)	1.584.764	570.293
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		1.260.662	1.221.885	(1.532.611)	(1.738.880)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos bancários	19	-	-	1.005.787	-
Pagamentos de financiamentos bancários (principal)	19	-	-	(36.758)	141.003
Pagamentos de arrendamentos	19	-	-	(45.672)	(245.817)
Ágio subscrição ações primárias		4.904	-	(358.674)	(1.509.298)
Contas a receber (pagar) com partes relacionadas	10	(60.654)	18.267	(4.622)	7.857
Aquisição de participação não controladores		-	-	-	(15.992)
Recompra de ações PagSeguro		-	-	-	(1.735)
Aumento de capital de acionistas não controladores		-	-	-	(223)
Pagamento de dividendos	23	(1.021.737)	(11.994)	(1.021.737)	(18.515)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.077.487)	6.273	(461.676)	(1.642.720)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		283.228	1.106.217	(374.624)	1.431.599
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1.106.219	2	3.268.494	1.836.895
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		1.389.447	1.106.219	2.893.870	3.268.494
Movimentação líquida do caixa e equivalentes de caixa		283.228	1.106.217	(374.624)	1.431.599

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 29.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A OFL Participações S.A. ("Companhia") em conjunto com suas controladas (o "Grupo") tem por objetivo social participar de outras empresas, representar no Brasil empresas brasileiras ou estrangeiras, promover a divulgação e prestação de serviços às suas representadas e outras empresas e prestar quaisquer serviços em atividades correlatas. A controlada Universo Online S.A. ("UOL") sociedade anônima de capital fechado fundada em abril de 1996 tem por objeto social a prestação de serviços ligados ou pertinentes a informática, a internet, extranet, intranet, hospedagem de websites, banners, exploração comercial de websites, desenvolvimentos e licenciamento de sistemas e rotinas, transferência de informações digitalizadas através de rede, comércios de software e hardware e desenvolvimento de comercio eletrônico, produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, incluindo, mas não se limitando a produção de filmes para publicidade, serviços de programação visual, fonografias, gravação de sons e a participação em outras empresas comerciais ou civis, cujo objeto social seja relacionado às mesmas atividades, no Brasil e/ou no exterior. A descrição do objeto social de cada controlada indireta está divulgada na Nota 4 na Nota 12 mostra as novas aquisições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras: A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 11 de agosto de 2022. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar essas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. 2.2. Consolidação: a) Demonstrações financeiras consolidadas: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando a Companhia está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre as atividades relevantes da investida. i) Controladas: Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle da investida e cessa quando a Companhia perde o controle da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4. ii) Transações com participações de não controladores: O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. 2.3. Conversão de moeda estrangeira: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio das moedas funcionais na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e os equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. O Grupo classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. O Grupo classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa. 2.5. Instrumentos financeiros: 2.5.1. Classificação: O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo de negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. 2.5.2. Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. 2.5.3. Mensuração: No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Instrumentos de dívida: A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado: os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem aos critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. Instrumentos patrimoniais: O Grupo subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a Administração do Grupo escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de o Grupo receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. 2.5.4. Impairment: O Gru po avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada dependede ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. 2.5.5. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 2.5.6. Classificação entre circulante e não circulante: O Grupo apresenta ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial com base nas classificações circulante e não circulante. Um ativo é circulante quando: (i) espera-se que seja realizado ou pretenda ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; (ii) mantidos principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado até doze meses após a data-base do relatório ou; (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que esteja impedido de ser trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos 12 meses após a data-base do relatório. Todos os outros ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal; (ii) é mantido principalmente para fins de negociação; (iii) deve ser liquidado até 12 meses após a data-base do relatório ou; (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data-base do relatório. 2.6. Contas a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Para as contas a receber de emissores de cartões de crédito/débito e adquirentes originados de transações através da plataforma do Grupo e das vendas de leitores de cartões de crédito/débito. Com base na avaliação de risco, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por transações aprovadas por grandes instituições financeiras que possuem um baixo nível de risco geral com base nos ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os devedores legais das contas a receber. As contas a receber são inicialmente registradas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados. As contas a receber de transações parceladas são registradas pelo valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, com base nos termos contratuais da transação. O Grupo incorre em despesas financeiras quando solicita receber o pagamento antecipado do de contas a receber de instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida no momento em que a instituição financeira concorda em liquidar um contas a receber devido em parcelas pré-pagas e é registrado como despesa financeira na demonstração do resultado. 2.7. Estoques: Os estoques consistem em dispositivos POS. Os estoques são declarados a custo histórico. A Companhia utilizou o método de custo médio para contabilizar o custo dos estoques e a provisão correspondente para perdas é reconhecida quando o valor de venda é maior do que o seu custo de compra. 2.8. Propriedade para investimentos: As propriedades para investimentos, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo. Elas são reconhecidas pelo valor de custo, menos depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. 2.9. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também, pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue (em anos):

Equipamentos processamentos de dados	2,5 a 5 anos
Instalações	5 a 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias imóveis de terceiros	5 a 10 anos
Outros	5 a 10 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos no resultado do exercício. 2.10. Ativos intangíveis: a) Ágio: O ágio (goodwill) resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da: (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio reconhecido possui vida útil indefinida. b) Marcas registradas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, e não são amortizadas. As licenças são amortizadas pelo método linear durante a vida útil de três anos. A marca reconhecida possui vida útil indefinida. c) Relações contratuais com clientes: As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. d) Softwares: As licenças de softwares são reconhecidas pelo custo histórico e amortizadas durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis referentes a desenvolvimento interno são capitalizados como parte do produto de software, substancialmente incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e contratos de serviços de terceiros. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos capitalizados de desenvolvimento de software são amortizados durante sua vida útil estimada, os quais são revisados ao final de cada período do relatório e ajustados prospectivamente, se apropriado. 2.11. Impairment de ativos não financeiros: Ativos não financeiros são revisados pelo menos anualmente para verificar se há algum evento ou mudança nas condições econômicas e tecnológicas ou nas operações que possam indicar que um ativo está deteriorado. Quando aplicável, tais evidências são identificadas através do teste anual de redução ao valor recuperável. Para avaliar um ativo não financeiro, é necessário estimar seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, é constituída provisão para deterioração. Ao estimar o valor em uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital da unidade geradora de caixa. O preço líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em um contrato de venda firme firmado com base no comprimento do braço, entre partes bem informadas e dispostas, ajustadas pelas despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço em um mercado ativo ou no preço de transação mais recente para ativos semelhantes. O Grupo avalia anualmente se há alguma indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida não exista mais ou tenha diminuído. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houver uma alteração nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável fosse reconhecida para o ativo em anos anteriores. 2.12. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. 2.13. Obrigações com terceiros: As obrigações com terceiros referem-se a valores a pagar e valores devidos a estabelecimentos que utilizam a plataforma PagSeguro Internet S.A. ("PagSeguro Brasil"). O Grupo reconhece um passivo pelo valor da transação, líquido do custo da transação que será disponibilizado ao merchant em sua conta PagSeguro. As contas a pagar de terceiros com transações parceladas são estimadas com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, usando prazos e taxas médios apropriados, que estão de acordo com os termos dessas transações. 2.14. Empréstimos: Os empréstimos são inicialmente reconhecidos por um valor justo menos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos a um custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto o derivativo incorporado, que é medido a um valor justo através de lucro ou perda. Os ganhos e perdas são reconhecidos nas demonstrações de resultados consolidados quando o passivo é desreconhecido, bem como através do processo de amortização do método de juros efetivo. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante do método de juros efetivo. A amortização efetiva do método de juros está incluída nas despesas de juros nas demonstrações de resultados consolidados. 2.15. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado, e eles são posteriormente remedidos ao seu valor justo ao final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende se o derivado é designado como um instrumento de cobertura e, se sim, a natureza do item que está sendo protegido. No início da relação de hedge, o grupo documenta a relação econômica entre instrumentos de hedge e itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos. Se o hedge não atender mais aos critérios de contabilidade de hedge, o ajuste ao montante de transporte de um item de hedge para o qual o método de juros efetivo é usado é amortizado para lucro ou perda durante o período restante até o vencimento, utilizando uma taxa de juros efetiva recalculada. 2.16. Provisões: As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva atual como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e a quantidade pode ser estimada de forma confiável. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, devido a um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um bem separado, mas somente quando o reembolso é praticamente certo. As despesas associadas a quaisquer provisões são apresentadas na demonstração do resultado, líquidas de quaisquer reembolsos. O Grupo é parte em processos legais e administrativos. São estabelecidas provisões para todas as contingências referentes a ações judiciais para as quais é provável que uma saída de fundos seja necessária para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação da evidência disponível, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as recentes decisões judiciais e sua importância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir as mudanças nas circunstâncias. 2.17. Reconhecimento da receita: A receita decorrente de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para os clientes a um valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. As receitas de contratos com clientes são representadas substancialmente por: (i) Receita de assinaturas: as receitas relativas aos serviços de assinaturas são contabilizadas pelo valor da tarifa contratada, na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de assinatura e de outros serviços prestados aos assinantes e clientes. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. (ii) Receita com publicidade e outros serviços: as receitas de publicidade são reconhecidas ao resultado durante o período de veiculação das peças publicitárias e/ou da prestação de serviços, pelo regime de competência com base nos valores contratados. (iii) Receita com taxa de intermediação e outros serviços: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos e outros serviços, como cartões pré-pagos, que são reconhecidas no momento em que a compra é aprovada pela instituição financeira. As receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos são reconhecidas em termos brutos e os custos de transação relacionados são reconhecidos como custo de serviços prestados, uma vez que o Grupo é considerado o principal na transação de intermediação. O Grupo tem a responsabilidade principal de fornecer os serviços aos clientes e, também, define diretamente os preços desses serviços, independentemente dos custos de transação acordados entre o Grupo e os adquirentes ou emissores de cartões. (iv) Receita com pré-pagamento: taxa de desconto cobrada sobre os pagamentos antecipados de obrigações com terceiros (comerciantes). O rendimento é reconhecido no momento em que o comerciante concorda em receber uma venda parcelada em base de pagamento antecipado, e é registrado como resultado financeiro na demonstração do resultado. (v) Receita de data center: as receitas relativas aos serviços de infraestrutura são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos clientes. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. (vi) Receita de hospedagem e locação: corresponde à prestação de serviço de armazenagem digital e locação de equipamentos, são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As receitas de hospedagem são reconhecidas inicialmente na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco, e mensalmente nos casos de contratos de locação, pela utilização dos clientes. (vii) Receita de desenvolvimento e manutenção de software: desenvolvimento de programas ou outros softwares de propriedade dos clientes - reconhecida linearmente no período em que os serviços são prestados. (viii) Receita de taxa de associação (reconhecida entre setembro e dezembro): a taxa de associação consiste em serviços vendidos como parte de um contrato novo ou existente. A receita relacionada é diferida de acordo com as métricas internas dos clientes PagSeguro. (ix) Receita de vendas: Receita de vendas (reconhecida até 31 de agosto de 2019): receita nas vendas de leitores de cartões de crédito e débito e itens similares, que é reconhecida no momento em que ocorre a transferência do controle para os clientes, ou seja, na entrega do equipamento. De acordo com a legislação brasileira sobre o consumidor, os clientes têm sete dias após a aquisição do leitor ("dispositivos POS") para cancelar a compra. Os retornos de dispositivos são contabilizados como deduções da receita de vendas no momento em que o equipamento é devolvido. A receita é reconhecida quando o controle do ativo é transferido para o cliente, geralmente no momento da entrega do equipamento ao cliente. (x) Receita da taxa de adesão: A partir de 1º de setembro de 2019, a Companhia cobra uma taxa de adesão não reembolsável no início do contrato com clientes que fornece acesso ao ecossistema do Grupo PagSeguro. A receita é diferida de acordo com as métricas interna dos clientes PagSeguro. 2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Imposto de renda e contribuição social correntes: Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o Grupo opera e gera renda tributável. O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. O Grupo avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado. Impostos diferidos: Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações: • Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável; • Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual possam ser compensados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e • Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se reverterão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados. Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos, exceto para BancoSeguro, para o qual as taxas de imposto atualmente definidas são de 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma líquida quando existe um direito legal ou contratualmente exigível para compensar o ativo tributário contra o passivo tributário e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributável e estão sujeitos à mesma autoridade tributária. 2.19. Benefícios a empregados: a) Plano de complementação de aposentadoria: As controladas são copatrocinadoras do plano de benefício pós-emprego, da modalidade contribuição definida. Nessa modalidade, os pagamentos efetuados pela Companhia à administradora do plano são reconhecidos no resultado como despesa concomitantemente com os aportes mensais realizados pelos empregados. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal, caso o administrador do plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços prestados. A descrição do plano de complementação de aposentadoria está demonstrada na Nota 31. b) Participações nos resultados: A Companhia reconhece em bases consolidadas um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração da Companhia. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia. 2.20. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, ações ordinárias e as preferenciais estão classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções das controladas são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.21. Transações de permuta: As receitas incluem montantes reconhecidos a partir da troca de serviços ("transações de permuta") que, em sua maioria, envolvem permuta de serviços de publicidade. O Grupo reconhece uma receita em relação às transações de permuta que envolvem serviços de publicidade somente quando os serviços trocados são de natureza diferente e também podem ser confiavelmente mensurados tomando como referência outras transações normais, ou seja, que ocorrem frequentemente e são realizadas em dinheiro ou equivalente. Como contrapartida, reconhece um custo de vendas pelo mesmo montante, registrado ao valor justo com base em transações normais em que haja pagamento em caixa feito ou recebido pelo Grupo. 2.22. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos, ajustados nos termos da lei das sociedades anônimas. 2.23. Combinação de negócios: O Grupo reconhece combinações de negócios usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma da contraprestação transferida, com base no seu valor justo na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições relevantes na data de aquisição. O Grupo reconhece qualquer participação dos acionistas não controladores no negócios adquiridos pelo valor justo ou pela parcela proporcional dos acionistas não controladores do valor justo dos ativos líquidos identificáveis das empresas adquiridas. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos na demonstração do resultado conforme incorridos. O goodwill é medido como o excesso da contrapartida transferida sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como um ganho na compra negociada na demonstração das operações. Após o reconhecimento inicial, o valor do goodwill é mensurado pelo custo, menos as perdas de impairment acumuladas. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida pelo valor justo na data da aquisição. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada e sua liquidação subsequente é reconhecida no patrimônio líquido. A contraprestação contingente classificada como um ativo ou passivo que é um instrumento financeiro, é mensurada pelo valor justo com as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. 2.24. Normas novas adotadas em 2021: As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são coerentes com as adotadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, exceto pelas mudanças exigidas pelos pronunciamentos, interpretações e normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, conforme descrito abaixo. CPC 50 - Contratos de Seguro: Em maio de 2021, o CPC emitiu o pronunciamento técnico CPC 50 - Contratos de Seguro, uma nova norma contábil aplicável para contratos de seguros que dispõe sobre reconhecimento e medição, apresentação e divulgação, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021. O CPC 50 substitui o CPC 11 Contratos de Seguro emitido em 2008. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (ou seja, vida, não-vida, seguro direto e re-seguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O Grupo analisou seus contratos e concluiu que não está exposto a contratos de seguros. 2.25. Novas normas ou revisadas pela primeira vez em 2021: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 -"Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. As divulgações requeridas específicas relacionadas diretamente com a reforma da taxa de juros de referência estão descritas na Nota 19 (ii). Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. Os impactos decorrentes dessa alteração estão mencionados na Nota 19 (iii). 2.26. COVID-19: A Companhia observou que o principal impacto da pandemia COVID-19 no volume total de compras (TPV) da controlada PagSeguro ocorreu entre março e junho de 2020. No terceiro e quarto trimestre de 2020, a maioria das cidades do Brasil iniciou um processo de reabertura, com uma recuperação gradual de importantes atividades comerciais, como shopping centers, varejo geral, restaurantes e bares, entre outros negócios não essenciais e in-store. Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia observou que, nos três primeiros meses, houve aumento no número de pessoas infectadas pelo COVID-19 e, consequentemente, o retorno de paralisações parciais e isolamento social em várias cidades e estados do país. No segundo trimestre de 2021, a maioria dos municípios do Brasil acelerou a vacinação da população e, consequentemente, a Companhia viu um processo de reabertura graduado, com ampliação do horário de funcionamento das atividades comerciais. No terceiro trimestre de 2021, a Companhia observou o retorno de eventos sociais com público. No final do quarto trimestre, o Brasil começou a ver um aumento de contágios principalmente relacionados à Omicron. Em 31 de dezembro de 2021, 161 milhões de habitantes haviam recebido pelo menos a primeira vacina contra o COVID-19 no Brasil, o equivalente a 76% da população brasileira e 143 milhões de habitantes receberam a segunda vacina ou vacinas com vacina única, representando 67% da população brasileira. A Companhia possui uma estrutura de custos variáveis significativas principalmente relacionada ao TPV, como processamento, intercâmbio, taxas de esquema de cartões e chargebacks. As despesas de marketing e vendas também são variáveis e dependem da estratégia da Empresa para alavancar novos produtos e serviços, como o PagBank. A Companhia também ainda acompanha a evolução da economia brasileira e reavalia, quando necessário, as provisões para o abono de perdas para perdas de crédito esperadas. A Companhia tem uma posição sólida em termos de caixa, liquidez e níveis de capital de giro e nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não enfrentou prejuízo de ativos devido ao COVID-19. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas e premissas estão contempladas abaixo: 3.1. Perda (impairment) do ágio: Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas apresentadas na Nota 15. 3.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O Grupo reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos baseado em estimativas de geração de lucro tributável projetadas para os próximos 10 anos. Essas projeções são revisadas periodicamente e aprovadas pela Administração. 3.3. Permutas: O Grupo utiliza como premissa para a mensuração do valor justo de permutas a tabela média de preços praticados pelas transações de permuta e compara com a tabela de preço negociada para as transações que envolvem caixa. 3.4. Vida útil estimada dos intangíveis: O Grupo utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a amortização aplicada em seus ativos intangíveis. A amortização dos direitos de uso de software é definida com base no período de vigência da licença contratada. A amortização dos softwares desenvolvidos internamente é definida com base no período em que gerarão benefícios econômicos futuros. 3.5. Provisão de contingências: O Grupo reconhece provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliar a evidência e a jurisprudência disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões judiciais mais recentes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração as mudanças nas circunstâncias, como o prazo de prescrição aplicável, as conclusões das inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novas questões ou decisões dos tribunais. 3.6. Estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa: Para contas a receber de emissores de cartões, a Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada. As taxas de provisão são baseadas no rating de crédito interno que considera informações externas, como classificações dadas pelas principais agências de rating e fatores prospectivas específicos para os devedores e o ambiente econômico. Para empréstimos e cartões de crédito a receber com nossos clientes, as taxas de provisão são baseadas em dias passados de vencimento e classificação de crédito interno (ou seja, a capacidade e pagamentos históricos vinculados ao Cliente). A provisão baseia-se inicialmente nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. A Companhia reavalia periodicamente as premissas para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas a cada ano. Portanto, se algum fator externo, como uma queda representativa nos indicadores econômicos previstos e no cenário econômico instável indicar um aumento no número de inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data de relatório, as taxas históricas de inadimplência observadas são atualizadas e as alterações nas estimativas futuras são analisadas e ajustadas.

4. Critérios de consolidação

Controladas diretas	Quantidade de ações ou cotas integralizadas em 31/12/2021	Participação no capital total % 31/12/2021	Participação no capital total % 31/12/2020
Universo Online S.A.	9.013	88,33%	88,33%
OFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	4.413.885	99,99%	99,99%

Controladas indiretas	Quantidadede ações ou cotas integralizadas em 31/12/2021	Tipo de consolidação	Participação no capital social e votante % 31/12/2021	Participação no capital social e votante % 31/12/2020
UOL Diveo Tecnologia S.A. ("Diveo")	280.038.351	Integral	84,73%	84,73%
Edtech Cayman Ltd. ("Edtech Cayman")	80.924.649	Integral	84,19%	84,19%
PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro") (i)	329.608.226	Integral	38,95%	39,02%
UBN Internet Ltda. ("UBN")	74.436.381	Integral	100,00%	100,00%
UOL Empreendimentos imobiliários	66.928.108	Integral	100,00%	-
UOL Argentina Holdings S.A. ("UOL-A")	12.818	Integral	94,00%	94,00%

(i) O restante das ações do PagSeguro estão em circulação no mercado sendo detidas por acionistas minoritários que individualmente possuem menos de 5% de participação do capital votante. Os resultados das empresas adquiridas ao longo de 2021 foram consolidados nas demonstrações financeiras a partir da aquisição do controle, conforme mencionado na Nota 12. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as contas a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas e os investimentos. Contexto operacional das controladas: Diretas: OFL Empreendimentos Imobiliários Ltda. em abril de 2020 a controlada mudou o nome antes era CCP Alecrim Empreendimentos Imobiliários Ltda.: em 18 de novembro de 2019, a OFL adquiriu 100% do capital social da empresa CCP Alecrim ("OFLE"). a empresa possuí como atividade preponderante o desenvolvimento, a venda e a locação de propriedade comerciais e outros correlatos. Universo Online: ("UOL") sociedade anônima de capital fechado fundada em abril de 1996 tem por objeto social a prestação de serviços ligados ou pertinentes a informática, a internet, extranet, intranet, hospedagem de websites, banners, exploração comercial de websites, desenvolvimentos e licenciamento de sistemas e rotinas, transferência de informações digitalizadas através de rede, comércios de software e hardware e desenvolvimento de comercio eletrônico, produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, incluindo, mas não se limitando a produção de filmes para publicidade, serviços de programação visual, fonografias, gravação de sons e a participação em outras empresas comerciais ou civis, cujo objeto social seja relacionado às mesmas atividades, no Brasil e/ ou no exterior. A empresa possui investimentos nas seguintes controladas: Indiretas: PagSeguro Digital Ltd.: a PagSeguro Digital é uma empresa holding, controlada pelo UOL, foi constituída em 19 de julho de 2017, é detentora de 99,99% das ações da PagSeguro Internet S.A. ("PagSeguro Brasil"). A empresa de capital aberto, possui investimentos nas seguintes controladas: O PagSeguro Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado, criada em 20 de janeiro de 2006, com sede na cidade de São Paulo, Brasil, dedicada ao fornecimento de soluções e serviços de tecnologia financeira e atividades correlatas, focada principalmente em microcomerciantes e pequenas e médias empresas ("PME"). As subsidiárias da PagSeguro Brasil são: • PagSeguro Biva Securitizadora de Créditos S.A: cujo principal objetivo é adquirir e securitizar créditos financeiros. • O PagSeg Participações Ltda. é uma sociedade empresária limitada, constituída em15 de julho de 2020, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, sendo uma holding cujo objetivo é deter participações nas empresas do Grupo PagSeguro não reguladas. As subsidiárias da PagSeg Participações Ltda. são: • Boa Compra Tecnologia Ltda. ("Boa Compra"): permite que seus clientes operem em transações internacionais, onde o comerciante e o consumidor estão localizados em diferentes países da América Latina, Espanha, Portugal e Turquia. • Net+Phone Telecomunicações Ltda. ("NETP"): tem como objetivo principal a comercialização de equipamentos de leitura de cartões de crédito, cartões de débito e congêneres. • BCPS Online Services LDA. ("BCPS"): em 1º de janeiro de 2017, a PagSeguro Brasil adquiriu o controle de 99,5% da BCPS, a que tem por objetivo principal a prestação de serviços ligados ou pertinentes a informática, a internet, extranet, intranet, hospedagem de websites, intermediação no comércio de produtos e serviços e comercialização de assinaturas por meio eletrônico. • R2TECH Informática Ltda. ("R2TECH"): em 2 de maio de 2017, a PagSeguro Brasil adquiriu o controle de 51% da R2TECH e os 49% restantes em fevereiro de 2019. O principal objetivo da R2TECH está na indústria da tecnologia da informação, focada em processamento de soluções em back-office, incluindo reconciliação de vendas, soluções e serviços de gateway, a captura de cartões de crédito junto às administradoras de cartão e aos vendedores. Em 1º de dezembro de 2021, a R2TECH pela BOAC. • PagSeguro Biva Serviços Financeiros Ltda.: tem como objetivo principal a intermediação da relação entre investidores, instituição financeira e tomadores de crédito por meio de plataforma eletrônica. Em 1º de dezembro de 2021, a Biva Serviços incorporou a reversa a sua controladora. A BIVA possui investimento na seguinte controlada: • PagSeguro Biva Correspondente Bancário Ltda: tem como objetivo principal estruturar financiamentos para pequenas e médias empresas seguindo o modelo crowdfunding, na modalidade peer-to-peer. • Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - PagSeguro ("FIDC"): constituído em 4 de outubro de 2017, tem como objetivo a aquisição de direitos de crédito detidos pelo estabelecimento comercial ("cedente"), originados por meio de cartões de crédito utilizados em operações de compra e venda de produtos e serviços realizadas entre o cedente e seus clientes finais, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas de aquisição. A PagSeguro Brasil consolida as demonstrações financeiras do FIDC, pelo fato dos riscos de inadimplência, despesas de custódia e administração relacionadas ao fundo estarem vinculados a cotas subordinadas detidas pela PagSeguro Brasil. Em 29 de março de 2018, dois investidores realizaram aporte de capital no valor de R$20 milhões no FIDC, adquirindo apenas cotas seniores e mezanino do fundo. O PagSeguro Brasil possui 100% das cotas subordinadas. As cotas seniores e mezanino remuneram 107% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com amortização anual de juros. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social do FIDC é composto por cotas subordinadas, cotas seniores e cotas mezanino. Em 27 de dezembro de 2021, a PagSeguro Brasil transferiu 15% de suas cotas subordinadas para a PagSeguro Digital. Portanto, a partir de 31 de dezembro de 2021, a FIDC era composta apenas por cotas subordinadas, que são 100% de propriedade do Grupo PagSeguro. • O PagBank Participações Ltda. é uma holding, constituída em 22 de outubro de 2020, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil e tem como subsidiárias as seguintes empresas: • TILIX: em 5 de dezembro de 2018, a PagSeguro adquiriu 100% do capital social e obteve o controle da TILIX. A empresa fornece desenvolvimento de software para gerenciar soluções de pagamento para B2C e B2B. • YAMI: em 9 de agosto de 2019, a PagSeguro adquiriu 100% do capital social e obteve o controle da YAMÍ. A Companhia fornece uma plataforma de back-office para comércio eletrônico. • BS Holding: é uma holding cujo principal objetivo é adquirir participações em outras empresas, principalmente relacionadas a serviços bancários e financeiros, como parceiro, acionista ou cotista, bem como a administração dessas participações. Em 4 de janeiro de 2019, a BS Holding adquiriu 100% do BBN Banco Brasileiro de Negócios S.A. (renomeado BancoSeguro S.A. na mesma data) constituído no Brasil, por meio da subsidiária BS Holding. O BancoSeguro possui licença para prestar serviços financeiros. • RegistraSeguro: em 2 de outubro de 2019, a PagSeguro constituiu a Companhia investindo cinco milhões de reais em capital social. A Companhia fornece serviços financeiros e desenvolvimentos de softwares relacionados ao mercado financeiro. • Em 23 de julho de 2020, a PagSeguro Brasil adquiriu 100% do capital social e obteve o controle da Zygo. A contrapartida total foi de R$8.000 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi de R$1.883, resultando no reconhecimento preliminar do ágio de R$6.117. A contrapartida paga em dinheiro foi de R$5.053 e a parcela restante do preço de compra será retida para eventual dívida. • Em 31 de agosto de 2020, a PagSeguro Brasil adquiriu 100% do capital social e obteve o controle do CDS. A contrapartida total paga em dinheiro foi de R$2.379 e o patrimônio líquido total adquirido pelo valor justo foi de R$2.379, não resultando em ágio. • Em 31 de outubro de 2020, a PagSeguro Brasil adquiriu 99,99% do capital social e obteve o controle da Wirecard Brazil S.A. ("MOIP"). A empresa fornece uma plataforma de pagamento online e processamento de pagamento de ponta a ponta para e-commerce e marketplaces. • NETPOS: em 15 de março de 2019, a PagSeguro adquiriu 10% do capital social da Netpos Serviços de Informática S.A. ("NETPOS"). A Companhia não possui controle da operação da NETPOS, por essa razão, a empresa não foi consolidada nestas demonstrações financeiras. • Em 12 de agosto de 2021, a PagSeguro Brasil adquiriu 100% do capital social da Concil. O objetivo corporativo da empresa é fornecer serviços profissionais de processamento de dados, provedores de serviços de aplicativos, serviços de hospedagem na internet, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, licenciamento e cessão do direito de uso da computação (Nota 12). • PSHC: Em 18 de março de 2021, o Grupo PagSeguro constituiu está holding incorporada sob a PagSeguro Digital e, adicionalmente, no terceiro trimestre de 2021, o Grupo PagSeguro constituiu quatro novas subsidiárias sob o PSHC. • PagSeguro Chile, PagSeguro Colômbia, PagSeguro Peru e PSGP México. Essas empresas não operavam no ano encerrado em 31 de dezembro de 2021. Seu principal objetivo é desenvolver todos os tipos de operações direta ou indiretamente relacionadas à criação, implementações e manutenção de plataformas tecnológicas para pagamentos e, principalmente, sobre o e-commerce ou a internet em seus países. Eles podem atuar, direta ou indiretamente, como um facilitador e/ou agente dentro de sistemas de pagamento e ecossistemas de pagamento digital e eletrônico. UOL EdTech Cayman Ltd. ("Edtech Cayman"): é uma empresa holding, controlada pelo UOL, foi constituída em 19 de novembro de 2020, é detentora de 99,99% das ações da UOL Edtech Tecnologia Educacional S.A. ("Edtech"). A empresa possui investimentos nas seguintes controladas: UOL Edtech Tecnologia Educacional S.A. ("Edtech"): em 30 de setembro de 2013, UOL adquiriu o controle de 64,74% da Edtech que tem por objeto social principal o provimento de conteúdo educacional através da internet; desenvolvimento e gestão de ensino e educação à distância (e-learning); desenvolvimento, licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação educacionais; produção desenvolvimento e distribuição de livros, apostilas, jornais, revistas e periódicos e similares, seja no formato digital/eletrônico ou impresso; e participação em outras sociedades, empresárias ou não, cujo objeto social seja relacionado a atividades indicadas anteriormente. Em 7 e 21 de dezembro de 2015, UOL adquiriu a participação de mais 35,26%, totalizando sua participação em 100% na Edtech. Em 31 de dezembro de 2021, a Edtech possui investimentos nas seguintes controladas: • Ciatech Tecnologia Educacional Ltda. ("CIAT"): tem por objeto social o desenvolvimento, licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação educacionais; suporte técnico de informática; treinamentos relacionados aos programas de computador desenvolvidos, licenciados ou cedidos pela sociedade; e participação em outras sociedades, empresárias ou não, cujo objeto social seja relacionado a atividades indicadas anteriormente. Em 31 de dezembro de 2021, a CIAT possui investimento na controlada: • Skore Tecnologia Ltda. ("SKOR"): tem por objetivo principal o desenvolvimento e licenciamento de programas de computadores customizáveis e sob encomenda, portais de conteúdo na internet, atividades de search engine, página de publicidade na internet, distribuição de conteúdo online, serviços de consulta a banco de dados, banco de informação para pesquisa e análise, treinamento em desenvolvimento profissional, palestras, cursos de aperfeiçoamento e aprendizagem profissional, presencial e à distância, tratamento de dados para processamento, gestão e operação de banco de dados de terceiros, produção de listagens, tabulações e consultas, serviços de processamento de dados; gestão e operação de equipamentos de processamento de dados de terceiros e suporte técnico, manutenção de tecnologia da informação, tais como: apoio na configuração de equipamentos, instalação e uso de aplicativos e programas, apoio a clientes na configuração de equipamentos de informática, manutenção de programas, manutenção e suporte técnico em tecnologia da informação, recuperação de arquivos e dados, serviços de segurança da informação, antivírus, criptografia e autenticação e detecção de hackers. • UOL Cursos Tecnologia Educacional Ltda. ("UOLC"): tem por objeto social principal o serviço de gráfica, editora, livraria, cursos livres à distância, cursos semipresenciais; prestações de serviços ligados ou pertinentes à internet, extranet, intranet; licenciamento e cessão de direitos autorais; aquisição, desenvolvimento, produção e customização, representação e venda de software e outros artigos congêneres por meio eletrônico; e participação em outras sociedades, empresárias ou não, cujo objeto social seja relacionado a atividades indicadas anteriormente. • Passei Direto S.A. ("PDIR"): A Passei Direto tem por objeto social a operação de website na internet sob o domínio www.passeidireto.com, podendo também por meio deste prover páginas de publicidade, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis e pesquisas de mercado e opinião pública. UOL Diveo Tecnologia S.A. ("Diveo"): tem como atividade preponderante a prestação de serviços e soluções integradas em data center para clientes corporativos. Os principais serviços atualmente oferecidos são direcionados às redes corporativas de telecomunicações e de VPN (Virtual Private Network), tais como acesso dedicado em banda larga com tecnologia de conexão sem fio à internet (wireless), acesso à internet, serviço de colocação (colocation) e hospedagem (hosting) dedicado em data center, caixa de correio (exchange server), soluções integradas de tecnologia de informação, além do serviço de voz (voice net) para ligações locais, interestaduais e internacionais. A Diveo possui investimentos nas seguintes controladas: • UD Tecnologia S.A. ("UDTE"): tem por objeto social a locação de equipamentos e cessão de infraestrutura em data center (hosting e colocation) e; a instalação, operação e exploração de serviços de telecomunicações. Em 22 de abril de 2020 a controlada foi vendida em negociação com o Grupo Dyn DC Data Centers e Participação S.A., conforme divulgado na nota 22. • UD Participações Ltda. ("UD"): tem por objeto social principal é a participação em outras sociedades, empresárias ou não, cujo objeto social seja relacionado a atividades de internet e afins. Em 31 de dezembro de 2021, a UD possui investimentos nas seguintes controladas: - Compass.UOL Holding Ltd. ("Compass.UOL"): é uma empresa holding, controlada pela Companhia, foi constituída em agosto de 2021, A empresa possui investimentos nas seguintes controladas: • Content Thread, LLC ("CONT") que tem por objeto social: conduzir o negócio de fornecer serviços de agência digital e consultoria para sistemas de gerenciamento de conteúdo, inclusive com a plataforma de gerente de experiência da Adobe, nos Estados Unidos, Canadá e Brasil (coletivamente, o "Negócios"), e (ii) se envolver em qualquer ato ou atividade legal para o qual as sociedades limitadas de responsabilidade possam ser formadas sob a Lei e se envolver em toda e qualquer atividade necessária ou incidental ao anterior. • Edgy Labs ("EDGY") Fundada em 2016, em Houston (EUA), como resposta às constantes alterações nos algoritmos do Google e à mudança de foco dos critérios de pesquisa baseados em intenção, a Edgy Labs reúne uma equipe altamente especializada de desenvolvedores, estrategistas de SEO e criadores de conteúdo. A empresa usa inteligência de dados para automatizar o marketing online e fornece mecanismos para conectar experiências com foco no crescimento dos negócios e no comportamento do cliente, garantindo engajamento e aumentando a conversão por meio de seus modelos e aceleradores. - A Compasso Informática S.A. ("COSA"): é uma sociedade por ações de capital fechado, fundada em 27 de outubro de 1994, sediada na cidade de Porto Alegre. Em 8 de janeiro de 2013, a controlada UD adquiriu o controle de 51% da COSA, que tem como objeto social a pesquisa, desenvolvimento e comércio de software; consultoria, treinamento e prestação de serviços de informática e serviços de internet; e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. Em 30 de junho de 2020 através de negociação de troca de ações, foram adquiridas as ações remanescentes passando a ser 100% da UDPA. Em 31 de dezembro de 2021, a COSA possui investimentos nas seguintes controladas: - Compasso Tecnologia Ltda. ("COLT"): foi constituída em 25 de outubro de 2005 e está sediada na cidade de Porto Alegre. O objeto social principal é o serviço de processamento de dados, assessoramento técnico, comercialização de bens; análise, produção, operação, projeto, desenvolvimento e comercialização de programas para computadores, máquinas automáticas de tratamento da informação, elaboração de documentação técnica e prestação de serviços de consultoria e assessoria em informática; prestação de serviços de hospedagem (locação de equipamentos e cessão de infraestrutura em data center); e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. Em 31 de dezembro de 2021, possui os seguintes investimentos: • Invillia Holding Ltda. ("INVH"), com sede na cidade de Araraquara. Tem por objeto social as seguintes atividades: Participação em outras sociedades como acionista ou quotista – holding, Compra e venda de participações em outras sociedades, Gestão e administração de outras sociedades e Serviços combinados de escritório e apoio administrativo. Em 31 de dezembro de 2021, possui os seguintes investimentos: • Invillia Desenvolvimento de Prod. Dig. Ltda. tem como objeto social o desenvolvimento de produtos digitais, tais como sistemas de informática, a prestação de serviços de administração de banco de dados, consultoria empresarial e em informática, serviços de hosting, cursos e treinamento em informática, comércio de software, equipamentos e suprimentos para informática, provedor de acesso à internet, serviços de administração remota de componentes de redes de computadores, storage, toda e qualquer parte de infraestrutura computacional, tanto em hardware quanto em software, intermediação de negócios por conta de terceiros de software, equipamentos e de consultoria em tecnologia da informação. • IT BOX Brasil Serviços de Tecnologia Ltda. tem como objeto social as seguintes atividades: Serviços de administração de banco de dados, desenvolvimento de sistemas de informática, consultoria empresarial e em informática, serviços de hosting, cursos e treinamento em informática, comércio de software, equipamentos e suprimentos para informática, provedor de acesso à internet, serviços de administração remota de componentes de redes de computadores, storage, toda e qualquer parte de infraestrutura computacional, tanto em hardware quanto em software, intermediação de negócios por conta de terceiros, de software, equipamentos e de consultoria em tecnologia da informação, representações comerciais e agenciamentos no comércio de máquinas e equipamentos. • Invillia technology Unipessoal Services Lda. Tem como objeto social as seguintes atividades prestação de serviços de consultoria e desenvolvimento, implementação, manutenção e gerenciamento de programas de computador mediante a alocação de profissionais especializados. • Everymind Consultoria e Sistemas Ltda. ("EVER") tem como objetivo principal a prestação de serviços de treinamento, consultoria e assessoria na área de informática e inovação, bem como no desenvolvimento e produção de software e serviços de processamento de dados, atuando na criação de soluções "end-to-end", que envolvem o planejamento, execução e gestão dos principais processos dos clientes, como o domínio das nuvens tradicionais, bem como a inovação das soluções de "Analytics" e "IoT". • Web Jump Desing em Informática Ltda. ("WEBJ") tem por objeto social: a confecção, o desenvolvimento, a criação e serviço de manutenção de sites e páginas na internet, exploração de salões de festas, centros de convenções, estandes, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para a realização de eventos ou negócios de qualquer natureza, consultoria em tecnologia da informação, treinamento em informática, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e atividades de intermediação e agenciamento de negócios em geral, exceto imobiliários para comissionar. Demais controladas indiretas: UOL Argentina Holdings S.A. ("UOL-A"): com sede na cidade de Buenos Aires na Argentina, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades de internet e afins e a participação em outras companhias comerciais ou civis, cujo objeto social seja relacionado às mesmas atividades. UBN Internet Ltda. ("UBN"): tem por objeto social principal a participação em outras sociedades, empresárias ou não, cujo objeto social seja relacionado a atividades de internet e afins.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Depósitos bancários de curto prazo	1.389.447	1.106.219	2.893.870	3.268.494
	1.389.447	1.106.219	2.893.870	3.268.494

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem caixa em dinheiro, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança de valor.

6. Aplicações financeiras

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Investimentos de curto prazo	2.128.048	3.069.657	6.530.143	7.988.121
	2.128.048	3.069.657	6.530.143	7.988.121

Na controladora, o saldo é de recursos provenientes das operações do IPO e Follow-on realizados no decorrer de 2019. Parte desses recursos se encontram em investimentos fora do Brasil, tais investimentos em moeda estrangeira são mantidos em bancos norte-americanos, substancialmente aplicados em Bonds, fundos de investimento e depósitos de curto prazo. No consolidado, parte do saldo de R$ 4.402.095 (R$4.917.708 em 31 de dezembro de 2020), o montante de R$ 782.647 (2020 R$ 979.837) com retorno médio de 100% da Taxa Básica de Juros (SELIC, 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021 e 2,0% ao ano em 31 de dezembro de 2020) refere-se a aplicações financeiras na controlada PagSeguro e consistem em aplicações em Títulos do Tesouro Brasileiro ("LFTs"), alguns dos quais são investidos para atender a certos requisitos de instituições de pagamento conforme estabelecido pelo regulamento do Banco Central do Brasil. Este ativo financeiro foi classificado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As perdas não realizadas de LFTs no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R$ 271 (R$306 em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Assinaturas (i)	31.583	35.628
Publicidade e outras (i)	650.377	305.785
Datacenter e Telecom (i)	242.212	139.306
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(474.025)	(206.114)
	450.147	274.605
Total emissores (ii)	21.883.892	15.151.605
Total adquirentes (iii)	151.626	295.146
Outros	1.393.004	655.271
	23.428.522	16.102.022
Total circulante	23.878.669	16.376.627
Não circulante	228.880	33.570
Total não circulante	228.880	33.570

(i) Para os recebíveis provenientes das operações de assinatura, publicidade, permuta, data center e outros serviços, a exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. Para atenuar esse risco, o Grupo adota como prática a análise das modalidades de cobrança (assinatura, publicidade, permuta, data center e outros), considerando a média histórica de perdas, o acompanhamento periódico da Administração, no que tange à situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. As análises são baseadas na média móvel ponderada, desvio padrão, variância e fator de risco, refletindo as sazonalidades e variações da carteira de clientes e seus respectivos meios de pagamentos. O saldo restante da carteira e o que não foi provisionado refere-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou que estes não seriam realizáveis. (ii) Emissores: contas a receber derivados de transações que o Grupo atua como intermediador financeiro de operações com bancos emissores, referente a acordos de intermediação entre o Grupo e Visa, Mastercard ou Hiper. No entanto, os recebíveis contratuais do Grupo são com as instituições financeiras, as quais são os devedores legais das contas a receber. Além disso, os valores devidos no prazo de 27 dias a partir da transação original, incluindo os que são devidos com a primeira parcela de prestação de contas a receber, são garantidos pela Visa, Mastercard ou Hiper, conforme aplicável, no caso de os devedores legais não efetuarem o pagamento. (iii) Adquirentes: o saldo correspondente a transações de cartões que serão recebidas de adquirentes, as quais se tratam de terceiros atuando como intermediador financeiro entre o Grupo e o banco emissor. O saldo de contas a receber inclui recebíveis transacionados nos leitores de cartão de crédito e débito. As contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
A vencer	24.232.645	16.410.016
Vencidas até 30 dias	117.412	69.245
Vencidas de 31 a 60 dias	77.445	48.532
Vencidas de 61 a 90 dias	21.546	12.645
Vencidas de 91 a 180 dias	44.086	26.410
Vencidas acima de 180 dias	88.440	49.463
	24.581.574	16.616.311

As perdas esperadas em contas a receber de clientes estão demonstradas por empresa conforme abaixo:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
PagSeguro	447.570	177.372
Universo Online	6.661	10.027
Uol Diveo	9.059	8.778
Ciatech/Uol Cursos	10.735	9.938
	474.025	206.114

8. Impostos a recuperar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de renda e contribuição social antecipados	169.961	158.648	507.330	493.982
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar	26	88	12.299	5.055
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	-	-	1.783	15.482
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - aplicações financeiras	-	11	-	2.526
PIS e COFINS a recuperar	-	-	171.889	155.431
INSS a recuperar	-	-	17.198	404
Outros	-	26	33.491	11.428
Circulante	169.987	158.773	743.990	684.308

9. Imposto de renda diferido: As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos incluídos nos registros contábeis foram reconhecidas como diferenças temporárias para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida da despesa ou receita no resultado. A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos está suportada por estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração. O registro dos impostos diferidos ocorreu em razão da Controladora ter passado por um processo de reestruturação financeira e organizacional, a saber: (a) capitalização ocorrida durante o exercício de 2005, no montante de R$260.300, mediante conversão em ações do crédito representado por debêntures conversíveis em favor do acionista Portugal Telecom S.G.P.S. S.A.; (b) oferta pública inicial e ingresso de recursos relativos à parcela primária dessa operação ; e (c) incorporação das empresas A.M.L.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., H.L.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e BPMB Epsilon Participações S.A. Adicionalmente, a controlada Diveo possui saldo de R$ 416.605 (R$ 316.350 em 31 de dezembro de 2021) de prejuízo fiscal e R$ 436.007 (R$ 332.946 em 31 de dezembro de 2020) de base negativa em 31 de dezembro de 2021, sendo que os correspondentes créditos tributários não estão registrados no ativo. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecido no ativo e passivo não circulante é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Reconhecido no resultado	Reclassificação entre Passivos e Ativos Fiscais (ii)	Outros	Saldo em 31/12/2021
Ativo:					
Prejuízos fiscais	49.441	1.047	-	1.811	52.299
Base negativa de contribuição social	21.726	(3.571)	-	2.657	20.812
Crédito Fiscal Incorporado	1.294	-	(1.294)	32.748	32.748
Crédito fiscal - Aquisição sucessiva	6.215	-	-	11.241	17.456
Outras adições temporárias	363.637	159.199	13.876	188	536.900
	442.313	156.675	12.582	48.645	660.215
Passivo:					
Amortização Crédito Fiscal Incorporado	(230.988)	(17.669)	1.294	(13)	(247.376)
Inovação Tecnológica (Lei 11.196/05)	(330.128)	(174.515)	-	8.617	(496.026)
Outras exclusões temporárias	(1.074.887)	(190.383)	(13.876)	(33.344)	(1.312.490)
	(1.636.003)	(382.567)	(12.582)	(24.740)	(2.055.892)
Efeito no resultado	-	(225.892)	-	-	-
Total ativo	105.171	-	-	-	149.041
Total passivo	(1.298.861)	-	-	-	(1.544.718)

As principais diferenças temporárias de outras exclusões referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados às nossas cotas do FIDC. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social. A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	792.996	2.283.285	2.066.597	5.972.448
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	269.619	776.317	702.643	2.030.632
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Adições (exclusões) permanentes:				
Brindes e outras despesas indedutíveis	(714)	-	290	7.785
Incentivos Fiscais	-	-	(2.376)	(6.616)
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	(2.124)	(5.449)
Tributação de resultado no exterior	-	-	(6.445)	(2.010)
Equivalência patrimonial e provisão para perdas em controladas	(211.042)	(739.016)	(1.437)	2
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	-	-	(210.345)	(154.737)
Combinação de Negócio - CPC 15	-	-	100	283
Efeitos fiscais diferidos não reconhecidos	-	-	29.669	(121.485)
Outras adições (exclusões)	(13)	(75)	4.463	12.735
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício	57.850	37.226	514.438	1.761.140
Imposto de renda e contribuição social - correntes	59.937	47.332	288.546	1.312.488
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(2.087)	(10.106)	225.892	448.652
Alíquota efetiva	7,30%	1,63%	24,89%	29,49%

continua...

...continuação

10. Partes relacionadas: i) Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora 2021		Controladora 2020		Consolidado 2021		Consolidado 2020	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a paga
Plural Indústria Gráfica Ltda.	283	-	230	-	283	-	230	-
OFL Empreendimentos Imobiliários	-	-	316	-	-	-	-	-
Universo Online S.A.	-	3.182	387	64.485	-	-	-	-
Transfolha Transporte e Distribuição Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	1.933
Empresa Folha da Manhã S/A	-	-	-	-	6.104	6.714	3.090	6.335
Acionista - pessoa física	-	2.518	-	2.518	-	2.518	-	2.518
	283	5.700	933	67.003	6.387	9.232	3.320	10.786

	Controladora 2021		Controladora 2020		Consolidado 2021		Consolidado 2020	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Recuperação de custo:								
Universo Online S.A.	-	8.642	-	2.485	-	-	-	-
Empresa Folha da Manhã S/A	-	-	-	-	-	1.617	-	2.655
Prestação de serviço:								
Alameda comercial Ltda.	-	-	-	-	-	2.304	-	2.030
Plural Indústria Gráfica Ltda.	3.393	-	2.755	-	3.393	-	2.755	-
Empresa Folha da Manhã S/A – cash	-	-	-	-	1.322	15.917	818	15.077
Empresa Folha da Manhã S/A – Permuta	-	-	-	-	6.734	3.755	7.159	4.691
Transfolha Transporte e Distribuição Ltda.	-	-	-	-	234	12.703	-	23.570
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	22	-	-
	3.393	8.642	2.755	2.485	11.683	36.318	10.732	48.023

O Grupo e algumas de suas controladas utilizam-se de serviços administrativos compartilhados, pessoal, recursos tecnológicos e infraestrutura, como: (i) custos de folha de pagamento; (ii) estrutura de TI/software; e (iii) custos de aluguel, que são repassados entre as empresas do Grupo, conforme acordado em contrato. Em busca de melhor aproveitamento dos seus recursos disponíveis, o Grupo oferece espaços em sua página na internet ("website") para permuta, tanto para terceiros quanto para partes relacionadas, em condições comerciais equivalentes. Remuneração dos principais administradores No consolidado, a remuneração dos principais administradores do Grupo (OFL e controladas) inclui benefícios de curto e longo prazo dos diretores executivos do Grupo. A remuneração de curto e longo prazo relacionada aos diretores executivos em 2021 totalizou R$ 19.450 (R$12.928 em 2020).

11. Investimentos: Informações das investidas em 31 de dezembro de 2021

Controladora

Controladas/Investidas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro do período	Participação no capital social e votante (%)	Equivalência patrimonial	Investimento em controladas
UOL	11.625	9.140.274	694.646	88,33	613.581	8.075.624
Plural	174.076	55.221	538	48,94	4.962	25.352
OFLE	4.414	10.500	2.169	100,00	2.169	10.897
GERU	-	-	-	-	-	4.300
Curseria	-	-	-	-	-	15.342
Total					620.712	
		Investimentos				8.131.515
		Ágio gerado nas aquisições de investimentos				39.086
		Investimento em controladas				8.170.601

Consolidado

Empresas não consolidadas	Capital social	Patrimônio Líquido	Lucro do período	Participação no capital social e votante (%)	Equivalência patrimonial	Investimento em controladas
Plural	174.076	55.221	538	48,94	4.962	25.352
CO Curseria	-	-	-	-	-	15.342
GERU	-	-	-	-	-	4.300
NPOS	-	-	-	-	-	1.400
Boleto Flex	-	-	-	-	(735)	14.266
Total					4.227	60.660

Informações das investidas em 31 de dezembro de 2020

Controladora

Controladas/Investidas	Capital social	Patrimônio Líquido	Lucro do período	Participação no capital social e votante (%)	Equivalência patrimonial	Investimento
UOL	11.625	8.792.184	5.458.395	88,33	2.171.213	7.766.136
Plural	174.076	55.221	538	48,94	51	20.391
OFLE	4.414	8.330	2.313	100,00	2.313	8.330
CO Curseria	-	-	-	-	-	15.342
GERU	-	-	-	-	-	4.300
Total					2.173.577	
		Investimentos				7.799.157
		Ágio gerado nas aquisições de investimentos				39.725
		Investimento em controladas				7.838.882

Consolidado

Empresas não consolidadas	Capital social	Patrimônio Líquido	Lucro do período	Participação no capital social e votante (%)	Equivalência patrimonial	Investimento
Plural	174.076	55.221	538	48,94	51	20.391
GERU	-	-	-	-	-	4.250
NPOS	-	-	-	-	-	1.400
Boleto Flex	-	-	-	-	-	15.000
Total					51	41.041

12. Combinação de negócios: Aquisições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021: Em 12 de agosto de 2021, a PagSeguro Brasil adquiriu 100% do capital social e obteve o controle da Concil. A contrapartida total foi de R$43.896 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi de R$36.056. A contrapartida paga em dinheiro foi de R$35.000 e a parcela restante no valor de R$8.896 foi reconhecida em outros passivos e será mantida para a realização de métricas. A principal atividade da Concil está no setor de tecnologia da informação, focada no processamento de soluções de back-office, incluindo serviços de reconciliação para a captura de cartões de crédito com adquirentes e subadquirentes. A alocação preliminar de preço de compra ("PPA") foi concluída em 30 de setembro de 2021, que incluiu o reconhecimento de carteira de clientes com valor justo de R$3.839, contrato de não concorrência de R$940 e software de R$33.136. A Companhia também reconheceu um passivo de contingência e indenização de R$ 7.848, resultando no reconhecimento do ágio de R$ 20.731, atribuível principalmente à sinergia operacional e redução de custos. O PPA foi elaborado considerando projeções para o período de cinco anos com base nos orçamentos da gestão para a Concil e aplicando uma taxa de inflação mais o crescimento estimado do PIB dos serviços (oscilando de 2,0% para 4,5% ao ano) para projetar fluxos de caixa futuros, taxa de desconto baseada no WACC (oscilante de 17,5% para 19,5% ao ano). Em 04 junho de 2021 a Compasso Ltda. adquiriu 80% do capital social e obteve o controle da EVER. A Contrapartida total foi de R$ 132.882 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi de negativo R$ 2.312. A parcela paga em dinheiro foi de R$ 29.234 e o restante do valor de R$ 103.648 foi reconhecida em passivos e será mantida para a realização das métricas. A alocação preliminar de preço de compra ("PPA") foi concluída em 31 de dezembro de 2021, que incluiu o reconhecimento de carteira de clientes com valor justo de R$4.294, contrato de não concorrência de R$19.385. A Companhia também reconheceu um passivo de contingência e indenização de R$ 4.326, resultando no reconhecimento do ágio de R$ 115.700, atribuível principalmente à sinergia operacional e redução de custos. O PPA foi elaborado considerando projeções para o período de cinco anos com base nos orçamentos da gestão e aplicando uma taxa de inflação mais o crescimento estimado do PIB dos serviços (oscilando de 2,0% para 4,5% ao ano) para projetar fluxos de caixa futuros, taxa de desconto baseada no WACC (oscilante de 14,00% para 19,5% ao ano). Em 30 de julho de 2021 a Compasso Ltda. adquiriu 51% do capital social e obteve o controle da INVH. A Contrapartida total foi de R$ 343.100 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi de R$ 10.226. A parcela paga em dinheiro foi de R$ 102.400 e o restante do valor de R$ 240.700 foi reconhecida em passivos e será mantida para a realização das métricas. A alocação preliminar de preço de compra ("PPA") foi concluída em 31 de dezembro de 2021, que incluiu o reconhecimento de carteira de clientes com valor justo de R$70.414, contrato de não concorrência de R$21.679 e software de R$47.924. A Companhia também reconheceu um passivo de contingência e indenização de R$ 5.295, resultando no reconhecimento do ágio de R$ 208.379, atribuível principalmente à sinergia operacional e redução de custos. O PPA foi elaborado considerando projeções para o período de cinco anos com base nos orçamentos da gestão e aplicando uma taxa de inflação mais o crescimento estimado do PIB dos serviços (oscilando de 2,0% para 4,5% ao ano) para projetar fluxos de caixa futuros, taxa de desconto baseada no WACC (oscilante de 14,00% para 19,5% ao ano). Em 01 de outubro de 2021 a Compasso Ltda. adquiriu 80% do capital social e obteve o controle da WEBJ. A Contrapartida total foi de R$ 108.000 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi de R$ 7.525. A parcela paga em dinheiro foi de R$ 32.400 e o restante do valor de R$ 75.600 foi reconhecida em passivos e será mantida para a realização das métricas. A alocação preliminar de preço de compra ("PPA") foi concluída em 31 de dezembro de 2021, que incluiu o reconhecimento de carteira de clientes com valor justo de R$10.775, contrato de não concorrência de R$3.163. A Companhia também reconheceu um passivo de contingência e indenização de R$ 24.803, resultando no reconhecimento do ágio de R$ 111.003, atribuível principalmente à sinergia operacional e redução de custos. O PPA foi elaborado considerando projeções para o período de cinco anos com base nos orçamentos da gestão e aplicando uma taxa de inflação mais o crescimento estimado do PIB dos serviços (oscilando de 2,0% para 4,5% ao ano) para projetar fluxos de caixa futuros, taxa de desconto baseada no WACC (oscilante de 14,00% para 19,5% ao ano). Em 01 de outubro de 2021 a Compass.UOL adquiriu 80% do capital social e obteve o controle da CONT. A Contrapartida total foi de R$ 68.764 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi de R$ 2.715. A parcela paga em dinheiro foi de R$ 34.314 e o restante do valor de R$ 34.445 foi reconhecida em passivos e será mantida para a realização das métricas. A alocação preliminar de preço de compra ("PPA") não foi concluída em 31 de dezembro de 2021. Em 04 de novembro 2021 a controlada Compass.UOL anuncia a aquisição da Edgy Labs, adquiriu 80% do capital social e obteve o controle. A Contrapartida total foi de R$ 70.713 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi de R$ 4.405. A parcela paga em dinheiro foi de R$ 36.263 e o restante do valor de R$ 34.450 foi reconhecida em passivos e será mantida para a realização das métricas. A aquisição complementa o portfólio da Compass.UOL e adiciona inteligência de dados para compreender a relevância do conteúdo nos mecanismos de busca, proporcionando mais visibilidade e melhora da reputação dos clientes. A alocação preliminar de preço de compra ("PPA") não foi concluída em 31 de dezembro de 2021. Em 5 de março de 2021, a UOL EdTech adquiriu 100% do capital social e obteve o controle da startup Passei Direto S.A ("PDIR"). A Contrapartida total foi de R$ 332.822 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi negativo de R$ 7.525. A parcela paga em dinheiro foi de R$ 287.922, R$ 31.770 através de troca de ações da sua controladora imediata e o restante do valor de R$ 13.130 foi reconhecida em passivos e será mantida para a realização das métricas. A alocação preliminar de preço de compra ("PPA") foi concluída em 31 de dezembro de 2021, que incluiu o reconhecimento de Marca com valor justo de R$137.944 e software de R$71.002, resultando no reconhecimento do ágio de R$ 131.414, atribuível principalmente à sinergia operacional e redução de custos. O PPA foi elaborado considerando projeções para o período de cinco anos com base nos orçamentos da gestão e aplicando uma taxa de inflação mais o crescimento estimado do PIB dos serviços (oscilando de 2,0% para 4,5% ao ano) para projetar fluxos de caixa futuros, taxa de desconto baseada no WACC (oscilante de 14,00% para 19,5% ao ano). Em 05 de outubro de 2021, a UOL EdTech adquiriu 100% do capital social e obteve o controle da Skore Tecnologia Ltda. ("SKOR"). A Contrapartida total foi de R$ 28.000 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi negativo de R$ 1.913. A parcela paga em dinheiro foi de R$ 12.400 e o restante do valor de R$ 15.600 foi reconhecida em passivos e será mantida para realização em função do atingimento de métricas definidas em contrato.. A alocação preliminar de preço de compra ("PPA") foi concluída em 31 de dezembro de 2021, que incluiu o reconhecimento de software de R$3.156. Resultando no reconhecimento do ágio de R$ 22.931, atribuível principalmente à sinergia operacional e redução de custos. O PPA foi elaborado considerando projeções para o período de cinco anos com base nos orçamentos da gestão e aplicando uma taxa de inflação mais o crescimento estimado do PIB dos serviços (oscilando de 2,0% para 4,5% ao ano) para projetar fluxos de caixa futuros, taxa de desconto baseada no WACC (oscilante de 14,00% para 19,5% ao ano). Aquisição referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020: Em 23 de julho de 2020, a controlada PagSeguro Brasil adquiriu 100% do capital social e obteve o controle da Zygo. A contrapartida total foi de R$8.000 e o patrimônio líquido total adquirido em valor justo foi de R$1.883, resultando no reconhecimento preliminar do ágio de R$6.117. A contrapartida paga em dinheiro foi de R$5.053 e a parcela restante do preço de compra será retida para eventual dívida. Em 31 de agosto de 2020, a controlada PagSeguro Brasil adquiriu 99,99% do capital social e obteve o controle do CDS. A contrapartida total paga em dinheiro foi de R$2.379 e o patrimônio líquido total adquirido pelo valor justo foi de R$2.379, não resultando em ágio. Em 31 de outubro de 2020, a controlada PagSeguro Brasil adquiriu 100% do capital social e obteve o controle da Wirecard Brazil S.A.(MOIP). O preço de compra foi de R$358.609 e o patrimônio líquido total adquirido pelo valor justo foi de R$171.946. A contrapartida inicial paga em dinheiro foi de R$307.855 e a parcela restante no valor de R$50.754 foi reconhecida em outros passivos e será paga posteriormente. A alocação preliminar de preço de compra ("PPA") foi concluída em 31 de dezembro de 2020, que incluiu o reconhecimento de uma carteira de clientes com valor justo de R$58.506, resultando no reconhecimento do ágio de R$128.157, que é atribuível principalmente à sinergia operacional e redução de custos. O PPA foi calculado utilizando-se o orçamento para o período de cinco anos e uma taxa de crescimento de longo prazo com base na estimativa do Produto Interno Bruto ("PIB") mais a estimativa de crescimento do PIB dos serviços (oscilando de 5,7% para 6,3% ao ano) aplicando essas métricas para projetar fluxos de caixa futuros e usando taxa de desconto baseada no WACC (oscilando de 11,7% para 13,3% ao ano). Essas aquisições estão de acordo com as estratégias de negócios da Companhia, aumentando os investimentos em novas tecnologias, produtos e serviços para nosso ecossistema digital. O valor justo dos ativos e passivos foram os seguintes:

	2021	2020
Os ativos e passivos decorrentes da aquisição são:		
Caixa e equivalentes de caixa	39.667	38.385
Capitais circulantes líquidos, sendo:		
Ativos adquiridos	65.991	209.298
Passivos assumidos	(80.427)	(608.507)
Imobilizados e intangíveis	6.673	30.988
Valor dos ativos líquidos	31.904	176.207
Goodwill	1.125.507	185.037
Custo de aquisição	1.142.273	368.988
Contraprestação pela compra liquidada em dinheiro	610.942	315.287
Caixa e equivalentes de caixa na controlada adquirida	(39.667)	(38.385)
Valor pago nas aquisições menos caixa e equivalentes de caixa adquirido	571.276	276.902

13. Imobilizado: Os ativos imobilizados estão apresentados de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Consolidado

	2021 Custo	2021 Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Líquido
Equipamentos de processamento de dados	1.355.042	(1.263.107)	91.935	1.317.721	(1.242.475)	75.246
Instalações	169.403	(150.142)	19.261	169.304	(149.942)	19.362
Máquinas e equipamentos	2.870.450	(726.471)	2.143.979	1.945.542	(274.633)	1.670.909
Móveis e utensílios	27.291	(18.167)	9.124	25.185	(16.888)	8.297
Terrenos	1.850	-	1.850	1.850	-	1.850
Benfeitorias imóveis de terceiros	57.847	(30.744)	27.103	54.467	(26.374)	28.093
Outros	22.862	(7.150)	15.712	17.160	(4.995)	12.165
Imobilizado em andamento	596	-	596	278	-	278
	4.505.341	(2.195.781)	2.309.560	3.531.507	(1.715.307)	1.816.200

Mapa de movimentação do imobilizado

Consolidado

	Equipamentos processamento de dados	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Benfeitorias imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2019									
Custo	1.504.690	172.874	436.523	23.887	3.052	95.297	12.593	278	2.249.194
Depreciação acumulada	(1.383.055)	(149.847)	(100.132)	(15.918)	-	(37.471)	(4.415)	-	(1.690.838)
Saldo contábil, líquido	121.635	23.027	336.391	7.969	3.052	57.826	8.178	278	558.356
Em 1º de janeiro de 2020									
Saldo inicial	121.635	23.027	336.391	7.969	3.052	57.826	8.178	278	558.356
Custo	(186.967)	(3.570)	1.509.019	1.298	(1.202)	(40.670)	4.568	-	1.282.476
Adições	28.482	23	1.520.798	1.547	-	4.866	6.985	-	1.562.701
Baixas	(218.435)	(3.593)	(12.153)	(1.662)	(1.202)	(50.017)	(3.274)	-	(290.336)
Bens adquiridos	2.986	-	374	1.414	-	4.481	857	-	10.112
Depreciação	140.579	(96)	(174.502)	(970)	-	10.939	(580)	-	(24.630)
Adições	(40.228)	(621)	(176.729)	(1.878)	-	(6.090)	(1.986)	-	(227.532)
Baixas	182.226	525	2.328	1.344	-	19.339	1.802	-	207.564
Bens adquiridos	(1.419)	-	(101)	(435)	-	(2.310)	(396)	-	(4.661)
Saldo contábil, líquido	75.246	19.361	1.670.908	8.297	1.850	28.094	12.166	278	1.816.200

...continuação

Consolidado

	Equipamentos processamento de dados	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Benfeitorias imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo	1.317.721	169.304	1.945.542	25.185	1.850	54.627	17.160	278	3.531.667
Depreciação acumulada	(1.242.475)	(149.943)	(274.634)	(16.888)	-	(26.532)	(4.995)	-	(1.715.467)
Saldo contábil, líquido	75.246	19.361	1.670.908	8.297	1.850	28.093	12.166	278	1.816.200
Em 1º de janeiro de 2021									
Saldo inicial	75.246	19.361	1.670.908	8.297	1.850	28.093	12.166	278	1.816.200
Custo	37.322	99	924.909	2.106	-	3.380	5.702	318	973.836
Adições	50.366	99	939.384	883	-	1.617	16.000	318	1.008.667
Baixas	(20.332)	-	(14.602)	(86)	-	(22)	(11.283)	-	(46.325)
Bens adquiridos	7.288	-	127	1.308	-	1.785	984	-	11.492
Depreciação	(20.633)	(199)	(451.837)	(1.280)	-	(4.371)	(2.155)	-	(480.475)
Adições	(36.627)	(199)	(455.172)	(958)	-	(3.388)	(5.224)	-	(501.568)
Baixas	19.833	-	3.397	8	-	(983)	3.252	-	25.507
Bens adquiridos	(3.839)	-	(62)	(330)	-	-	(183)	-	(4.414)
Saldo contábil, líquido	91.935	19.261	2.143.980	9.123	1.850	27.103	15.712	596	2.309.560
Em 31 de dezembro de 2021									
Custo	1.355.042	169.403	2.870.450	27.291	1.850	57.847	22.862	596	4.505.341
Depreciação acumulada	(1.263.107)	(150.142)	(726.471)	(18.167)	-	(30.744)	(7.150)	-	(2.195.781)
Saldo contábil, líquido	91.935	19.261	2.143.979	9.124	1.850	27.103	15.712	596	2.309.560

14. Direito de uso: Mapa de movimentação de ativo de direito de uso

Consolidado

	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2019			
Custo	108.276	1.150	109.426
Amortização	(18.826)	(383)	(19.209)
Saldo contábil, líquido	89.450	767	90.217
Saldo inicial	89.450	767	90.217
Custo			
Adições	96.870	208.971	305.841
Baixas	(95.694)	(1.150)	(96.844)
Amortização			
Adições	(17.130)	(47.709)	(64.839)
Baixas	16.423	383	16.806
Saldo contábil, líquido	89.919	161.262	251.181
Em 31 de dezembro de 2020			
Custo	109.452	208.971	318.423
Amortização acumulada	(19.533)	(47.709)	(67.242)
Saldo contábil, líquido	89.919	161.262	251.181
Saldo inicial	89.919	161.262	251.181
Custo			
Adições	37.911	1.471	39.382
Amortização			
Adições	(30.553)	(39.212)	(69.765)
Saldo contábil, líquido	97.277	123.521	220.798
Em 31 de dezembro de 2021			
Custo	147.363	210.442	357.805
Amortização acumulada	(50.086)	(86.921)	(137.007)
Saldo contábil, líquido	97.277	123.521	220.798

O Grupo possui contratos de arrendamento principalmente de aluguel de imóveis (edifícios sede e filiais) onde as atividades operacionais do Grupo estão concentradas. Os prazos de arrendamento de destes contratos são de no máximo 120 meses, havendo em alguns casos opções de renovação e de rescisão. O Grupo também possui alguns arrendamentos de equipamentos com prazos iguais ou menores a 12 meses e arrendamentos de equipamentos de baixo valor. Para esses casos, o Grupo aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

15. Intangível

Consolidado

	2021 Custo	2021 Acumulado	2021 Líquido	2020 Custo	2020 Amortização acumulada	2020 Líquido
Gastos com software e tecnologia (i)	3.154.028	(1.682.520)	1.471.508	2.293.444	(1.300.293)	993.151
Direito de uso de software	632.675	(292.014)	340.661	360.932	(251.436)	109.496
Marcas e patentes	239.955	-	239.955	102.011	-	102.011
Relações contratuais com clientes	435.174	(221.414)	213.760	295.702	(207.221)	88.481
Goodwill (ii)	1.417.116	-	1.417.116	771.300	-	771.300
Cursos online	32.567	(31.049)	1.518	32.567	(28.948)	3.619
Direito de rádio frequência	3.556	(3.543)	13	3.556	(3.538)	18
Direito de uso de fibra	4.682	(4.457)	225	4.682	(4.370)	312
Outros	219	-	219	219	-	219
	5.919.972	(2.234.997)	3.684.975	3.864.413	(1.795.806)	2.068.607

(i) O Grupo capitaliza as despesas incorridas com o desenvolvimento de plataformas, as quais são amortizadas ao longo de suas vidas úteis, dentro de um intervalo de três a cinco anos. (ii) O montante registrado na rubrica "Goodwill" refere-se substancialmente ao ágio, no montante de R$364.409, gerado na aquisição da Diveo, R$ 340.359 Passei Direto, R$ 332.874Invillia, R$ 135.193 Everymind e R$ 100.475.

Mapa de movimentação do intangível

Consolidado

	Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Direito de rádio frequência	Direito de uso de Fibra	Relações contratuais com clientes	Marcas e patentes	Goodwill	Cursos online	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	1.655.475	299.095	3.556	4.682	229.197	102.011	697.148	32.254	184	3.023.602
Amortização acumulada	(1.019.261)	(218.200)	(3.530)	(4.219)	(190.738)	-	-	(25.409)	-	(1.461.357)
Saldo contábil, líquido	636.214	80.895	26	463	38.459	102.011	697.148	6.845	184	1.562.245
Em 31 de dezembro de 2020										
Saldo inicial	636.214	80.895	26	463	38.459	102.011	697.148	6.845	184	1.562.245
Custo	637.969	61.837	-	-	66.505	-	74.152	313	35	840.811
Bens adquiridos	51.790	2.871	-	-	-	-	-	-	-	54.661
Adições	600.253	59.620	-	-	66.505	-	106.940	313	35	833.666
Baixas	(14.074)	(654)	-	-	-	-	(32.788)	-	-	(47.516)
Amortização	(281.032)	(33.236)	(8)	(151)	(16.484)	-	-	(3.539)	-	(334.450)
Bens adquiridos	(37.637)	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.637)
Adições	(257.847)	(33.584)	(8)	(151)	(16.484)	-	-	(3.539)	-	(311.613)
Baixas	14.452	348	-	-	-	-	-	-	-	14.800
Saldo contábil, líquido	993.151	109.496	18	312	88.481	102.011	771.300	3.619	219	2.068.607
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	2.293.444	360.932	3.556	4.682	295.702	102.011	771.300	32.567	219	3.864.413
Amortização acumulada	(1.300.293)	(251.436)	(3.538)	(4.370)	(207.221)	-	-	(28.948)	-	(1.795.806)
Saldo contábil, líquido	993.151	109.496	18	312	88.481	102.011	771.300	3.619	219	2.068.607
Em 1 de janeiro de 2021										
Saldo inicial	993.151	109.496	18	312	88.481	102.011	771.300	3.619	219	2.068.607
Custo	860.584	271.743	-	-	139.472	137.944	645.816	-	-	2.055.559
Bens adquiridos	19.084	223	-	-	-	-	-	-	-	19.307
Adições	859.715	116.174	-	-	4.983	-	1.073.467	-	-	2.054.339
Baixas	(18.216)	128	-	-	-	-	-	-	-	(18.088)
Transferências (i)	-	155.218	-	-	134.489	137.944	(427.651)	-	-	-
Amortização	(382.227)	(40.578)	(5)	(87)	(14.193)	-	-	(2.101)	-	(439.191)
Bens adquiridos	(2.947)	(29)	-	-	-	-	-	-	-	(2.976)
Adições	(386.018)	(40.781)	(5)	(87)	(14.193)	-	-	(2.101)	-	(443.185)
Baixas	6.738	232	-	-	-	-	-	-	-	6.970
Saldo contábil, líquido	1.471.508	340.661	13	225	213.760	239.955	1.417.116	1.518	219	3.684.975
Em 31 de dezembro de 2021										
Custo	3.154.028	632.675	3.556	4.682	435.174	239.955	1.417.116	32.567	219	5.919.972
Amortização acumulada	(1.682.520)	(292.014)	(3.543)	(4.457)	(221.414)	-	-	(31.049)	-	(2.234.997)
Saldo contábil, líquido	1.471.508	340.661	13	225	213.760	239.955	1.417.116	1.518	219	3.684.975

(i) Refere-se às alocações preliminares das aquisições realizadas no exercício de 2021 conforme Nota 11. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos: O Grupo avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos com vida útil indefinida, incluindo o goodwill, utilizando o conceito do valor em uso, através da metodologia do fluxo de caixa descontado das UGCs, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda dos seus serviços. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, investimentos e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base no custo médio ponderado de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de cinco anos para 2021 foi de 5,39% a.a. (5,77% a.a. para um período de cinco anos em 31 de dezembro de 2020). Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa média de desconto (antes dos impostos) para 2021 de 11,96% a.a. (11,64% a.a. para 31 de dezembro de 2020), para cada unidade geradora de caixa analisada. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue: (i) receitas: foram projetadas para as aquisições ocorridas a partir de 2021, entre 2022 e 2026, considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa; (ii) custos e despesas operacionais: foram projetados em linha com o desempenho histórico do Grupo e expectativa de reduções de custos, bem como com o crescimento histórico das receitas e expectativas de novos projetos; (iii) investimentos de capital: foram estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços. As premissas-chave são com base no desempenho histórico do Grupo e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro. Em 2021, utilizando como premissas as projeções futuras de fluxo de caixa, foi identificado que o seu valor em uso excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação, sendo assim o teste de recuperação dos ativos intangíveis do Grupo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

16. Fornecedores

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores	863.725	580.803
Circulante	863.725	580.803

Os saldos correspondem, na maior parte, aos montantes a serem repassados aos fornecedores de serviços de Telecom, TI, marketing e veiculação. 17. Obrigações com terceiros: As contas a pagar a terceiros, no valor de R$13.217.150 (R$10.101.510 a partir de 31 de dezembro de 2020) correspondem principalmente aos valores a serem pagos aos comerciantes referentes às transações realizadas pelos titulares de seus cartões, líquidos das taxas de intermediação e descontos aplicados. Os termos médios de liquidação da PagSeguro Brasil acordados com estabelecimentos comerciais são de até 14 dias. Do valor total a pagar a terceiros, R$533.436 (R$739.951 a partir de 31 de dezembro, 2020) refere-se ao saldo das transações liquidadas na conta de pagamento do comerciante e disponíveis para serem utilizadas por eles e R$5.167.577 (R$3.566.818 a partir de 31 de dezembro de 2020) são o saldo de nossos clientes mantidos em suas contas bancárias que são investidos pela Companhia em Certificado de Depósitos com 30 dias de vencimento e média de juros taxa de 59% do CDI (45% do CDI em dezembro de 2020). 18. Depósitos: Refere-se ao depósito de certificados operado pelo Grupo PagSeguro iniciado em 2021.

	Taxa de juros (P.A.)	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Certificado de deposito	169% de CDI	2.510.818	571.996
Interbank deposits	118% de CDI	404.998	-
Títulos corporativos	155% de CDI	218.180	191.355
		3.133.996	763.351
Circulante		3.056.444	571.996
Não circulante		77.552	191.355

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Vencidas a 30 dias	646.232	5.231
Vencidas 31 a 120 dias	1.029.936	77.812
Vencidas 121 a 180 dias	313.008	53.000
Vencidas 181 a 360 dias	1.067.268	435.952
Vencidas acima 361 dias	77.552	191.356
	3.133.996	763.351

19. Empréstimos e financiamentos: Os saldos registrados de empréstimos e financiamentos do Grupo nas demonstrações financeiras estão demonstrados conforme segue:

Modalidade	Encargos	Vencimento de/até	Consolidado 2021	Consolidado 2020
FINEP (i)	5% a.a. TJLP -1% a.a.	Abril de 2017/ junho de 2024	13.043	13.053
PagSeguro (ii)			1.005.290	-
Empréstimos e financiamentos			1.018.333	13.053
Contratos de arrendamento - IFRS 16			69.901	56.842
Circulante			1.088.234	69.895

Modalidade	Encargos	Vencimento até	Consolidado 2021	Consolidado 2020
FINEP (i)	5% a.a. TJLP -1% a.a.	Abril de 2017/ junho de 2024	19.475	32.457
Outros			381	-
Empréstimos e financiamentos			19.856	32.457
Contratos de arrendamento - IFRS 16			167.960	202.972
Circulante			187.816	235.429

i) FINEP: Em 10 de junho de 2014, o UOL firmou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a abertura de crédito destinado a custear parcialmente despesas incorridas na elaboração do Projeto "Inovação em produtos/serviços para inclusão digital e facilitação de negócios para micro e pequenas empresas - Ciclo 2014 a 2016". O montante total do financiamento previsto no contrato firmado entre as partes é de R$89.033, distribuído em seis liberações. O vencimento da primeira parcela do principal ocorreu em 15 de junho de 2017 e o da última será em 15 de junho de 2024. Os juros incorridos deverão ser pagos mensalmente desde a data da liberação da primeira parcela do contrato de financiamento. (ii) Capital de giro: Em novembro de 2021, o Grupo firmou um contrato de empréstimo de US$ 180 milhões com vencimento em um ano a partir da data de execução e o pagamento ocorrerá em uma única parcela conforme a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, o crédito foi de R$1.005.787. Os juros sobre o empréstimo são pagos no vencimento da operação, juntamente com os totais de liquidação dos instrumentos financeiros. A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("Swaps") para o empréstimo em moeda estrangeira, com o objetivo específico de proteger o referido empréstimo de flutuações decorrentes da variação cambial, com a remuneração final, considerando todos os custos da operação, equivalentes a 109,4% do CDI. Essa captura foi direcionada ao capital de giro ajudando a financiar a operação e não está vinculada a limites de empréstimos ou convênios. iii) Arrendamentos: Abaixo a movimentação dos saldos de arrendamentos a pagar:

Consolidado

	Saldo em 31.12.2020	Adição	Baixas	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31.12.2021
Circulante						
Contrato de aluguel	70.384	18.398	-	(68.796)	59.926	79.912
Ajuste a valor presente (AVP)	(13.542)	(1.553)	-	13.185	(8.101)	(10.011)
Total do circulante	56.842	16.845	-	(55.611)	51.825	69.901
Não circulante						
Contrato de aluguel	226.296	13.895	-	-	(59.926)	180.265
Ajuste a valor presente (AVP)	(23.324)	(808)	3.726	-	8.101	(12.305)
Total do não circulante	202.972	13.087	3.726	-	(51.825)	167.960

20. Salários e encargos

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Salários	156.694	152.349
Provisões de férias	139.647	95.928
Encargos sociais	66.642	39.288
Outros	466	220
	363.449	287.785

21. Provisão para contingências

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Trabalhistas	22.499	21.247
Tributárias	6.973	1.892
Cíveis	35.451	34.863
Circulante	64.923	58.002
Tributárias	71.028	55.742
Não circulante	71.028	55.742

O Grupo é parte em litígios trabalhistas, tributários e civis em andamento e está discutindo essas questões nos níveis administrativo e judicial, que em alguns casos o Grupo efetuou depósitos judiciais correspondentes. A probabilidade de um resultado negativo é avaliada periodicamente e ajustada pela Administração, quando apropriado. Essa avaliação inclui a opinião de seus consultores jurídicos externos. O Grupo possui contingências cuja expectativa de perda é avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como perda possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2021, as contingências classificadas como probabilidade de perda possível, totalizaram R$ 1.151.921 (Em 2020 R$2.539.597) a valores históricos (sem atualização), sendo que o questionamento decorrente da incidência de ICMS sobre serviços de publicidade não foi considerado pois o mesmo aguarda apenas o arquivamento.

Mapa de movimentação de contingências

Consolidado

	2019	Adições	Baixas	Atualizações	Transferências	2020
Circulante						
Trabalhistas	13.746	2.601	(3.431)	8.331	-	21.247
Tributárias (i)	1.571	321	-	-	4.801	6.693
Cíveis	16.644	27.549	(10.117)	787	(4.801)	30.062
	31.961	30.471	(13.548)	9.118	-	58.002
	2020	Adições	Baixas	Atualizações	Transferências	2021
Trabalhistas	21.247	2.942	(5.626)	3.936	-	22.499
Tributárias (i)	6.694	279	-	-	-	6.973
Cíveis	30.061	22.848	(19.982)	2.524	-	35.451
	58.002	26.069	(25.608)	6.460	-	64.923
	2019	Adições	Baixas	Atualizações	Transferências	2020
Não circulante						
Tributárias	47.139	13.453	(11.571)	6.721	-	55.742
	47.139	13.453	(11.571)	6.721	-	55.742
	2020	Adições	Baixas	Atualizações	Transferências	2021
Tributárias	55.742	13.563	(2.072)	3.274	-	70.507
Cíveis	-	521	-	-	-	521
	55.742	14.084	(2.072)	3.274	-	71.028

(i) O valor em contingência tributária refere-se, substancialmente, à provisão de impostos inerentes à liquidação ocorrida em 31 de março de 2011 de acordo com as leis vigentes nos Estados Unidos da América, da empresa Diveo Broadband Networks, Inc., anteriormente controladora da Diveo.

22. Outras contas a pagar

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo circulante:		
Earnout Everymind	34.549	-
Earnout Invillia	61.900	-
Earnout Web Jump	25.200	-
Content Thread	11.483	-
Skore	9.041	-
Passei Direto	6.046	-
Dualtec	1.678	1.400
Aquisições PagSeguro	12.194	68.701
Outras provisões	59.835	11.852
Tarifas de adesão	8.237	7.061
Adiantamento de funcionários	4.335	3.775
Outras contas a pagar	1.140	5.526
	235.638	98.315
Passivo não circulante:		
Crédito em fideicomisso	34.180	33.861
Earnout Everymind	69.099	-
Earnout Invillia	178.800	-
Earnout Web Jump	50.400	-
Content Thread	22.967	-
Edgy Labs	34.460	-
Aquisições PagSeguro	18.181	1.275
Tarifas de adesão	17.290	27.336
	425.377	62.472

O crescimento é decorrente do processo de aquisições de controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o principal aumento está em Compass.UOL, PagSeguro e Edtech, conforme descrito na NE 12. 23. Patrimônio líquido: i) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R$1.272.857 (R$1.272.857 em 31 dezembro de 2020). ii) Reserva legal: A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital quando somadas as reservas de capital. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos, como segue:

	Consolidado 2021
Em 31 de dezembro de 2019	109.357
Constituição de reserva legal	112.303
Em 31 de dezembro de 2020	221.660
Constituição de reserva legal	32.911
Em 31 de dezembro de 2021	254.571

iii) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de reserva de retenção de lucros ficou em R$3.113.675, sendo composto:

	Consolidado 2021
Em 31 de dezembro de 2019	1.302.813
Transferência para retenção de lucros	2.109.113
Em 31 de dezembro de 2020	3.411.926
Transferência para retenção de lucros	695.212
Distribuição de dividendos (*)	(1.000.399)
Em 31 de dezembro de 2021	3.106.739

(*) Lucros distribuídos e pagos no ano de 2021 referente ao lucro do exercício de 2020. iv) Pagamento baseado no Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP): Alguns profissionais do Grupo são elegíveis ao PILP ("Beneficiários"), que foi criado pelo UOL em julho de 2015. A finalidade do PILP é a de reforçar o alinhamento de interesses entre os Beneficiários e a Companhia, mediante a possibilidade de tornarem-se sócios do empreendimento, ampliando assim o seu comprometimento. A gestão do PILP, incluindo a seleção de Beneficiários e a determinação das respectivas condições de participação é realizada pelo Comitê de gestão do PILP ("Comitê do PILP"), um órgão do Grupo composto pelo Diretor Presidente da Companhia e de 2 (dois) outros diretores por ele indicados. Os Beneficiários do PILP fazem jus a receber um determinado valor, definido pelo Comitê do PILP, que poderá ser pago em ações ou em espécie, a critério do Comitê, em cinco parcelas anuais, na proporção de 20% ao ano, no caso de ocorrência de determinados eventos de liquidez em empresas do Grupo. Em janeiro de 2018, o PILP foi recepcionado pela controlada PagSeguro Digital e, com a conclusão de seu IPO, os Beneficiários indicados pelo Comitê do PILP adquiriram o direito de receber ações ordinárias Classe A de emissão da PagSeguro Digital. A quantidade de ações atribuída a cada Beneficiário foi determinada mediante a conversão dos valores previamente definidos pelo Comitê do PILP, em ações ordinárias Classe A, tomando por base o preço da ação na data IPO, qual seja, US$21,50. Como resultado, em 26 de janeiro de 2018, os beneficiários do PILP receberam um total de 1.823.727 ações ordinárias classe A. As ações concedidas no âmbito do PILP estão sujeitas a um período de lock-up de um ano, contado do evento de liquidez. No caso do PagSeguro, o lock-up expirou em 26 de janeiro de 2019, um ano após o IPO. Ações emitidas no âmbito do PILP após esta data não estão sujeitas a lock-up, exceto aquelas cujos Beneficiários são membros do Conselho de Administração da PagSeguro Digital Ltd. Para esses casos, aplicam-se regras específicas de lock-up, estabelecidas pela legislação americana (Rule 144 of the Securities Act). O plano PILP-Metas foi estabelecido no PagSeguro Brasil em 18 de dezembro de 2018, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. De acordo com o Plano, o Comitê do PILP-Metas atribuirá a cada Beneficiário o direito de receber anualmente, como pagamento de parte do Plano de Participação nos Resultados ("PPR"), desde que tenham sido atingidas as metas de desempenho estipuladas no PPR do ano encerrado, um determinado valor que poderá, a critério do Comitê do PILP-Metas ser pago em ações ordinárias classe A, de emissão do PagSeguro Digital Ltd., ou o equivalente em dinheiro. Caso as metas do PPR do ano encerrado não tenham sido atingidas, os Beneficiários não farão jus ao recebimento em questão. O número máximo de ações ordinárias que podem ser entregues aos beneficiários nos termos do PILP não pode exceder 3% do capital social do PagSeguro Digital Ltda. e, no caso do PILP-Metas o limite é de 1%. v) Dividendos: Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do estatuto social ou valor aprovado pela Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 a distribuição de dividendos mínimos obrigatório da Companhia foi de R$7.022 (R$21.338 em 31 de dezembro de 2020). Em 05 de janeiro de 2021 foi aprovado a distribuição e o pagamento de dividendos adicionais propostos referentes aos lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para os acionistas no montante de R$ 1.000.399 (1 bilhão de reais) proporcional a participação de cada acionista. vi) Ajustes de avaliação patrimonial: A Companhia reconhece nesta rubrica contábil a diferença entre o valor contábil e os valores pagos nas aquisições de participações adicionais dos não controladores das controladas, ganhos em venda de ações das investidas e os recursos provenientes de emissão de ações, como segue abaixo:

	Consolidado 2019
Em 31 de dezembro de 2019	5.347.084
Ajustes de avaliação patrimonial	1.873.282
Em 31 de dezembro de 2020	7.219.516
Ajustes de avaliação patrimonial	4.904
Em 31 de dezembro de 2021	7.224.421

vii) Participação dos não controladores: O Grupo reconhece nesta rubrica contábil os montantes decorrentes da participação de acionistas não controladores nos patrimônios líquidos e nos ativos identificados em processos de combinação de negócios das controladas, representado pelo montante de R$ 7.698.337 (R$6.858.882 em 2020).

24. Resultado financeiro

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas financeiras:		
Despesas com cessão de recebíveis (i)	(426.992)	(49.205)
Perdas em aplicações financeiras (ii)	(264.634)	-
Juros passivos	(296.689)	(85.992)
Variação monetária passiva	(38.071)	(37.383)
Descontos concedidos	(2.862)	(984)
Outras despesas	(2.082)	(958)
	(1.031.330)	(174.522)
Receita com pré-pagamento (iii)	3.514.425	2.177.222
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	4.481	3.623
Rendimentos de aplicações financeiras	205.996	302.539
Variação monetária ativa	59.026	38.919
Juros ativos	810	1.704
	270.313	346.785
Variações cambiais líquidas (iv)	368.761	2.026.015

(i) Despesas originadas na antecipação de contas a receber do PagSeguro Brasil com as operadoras de cartão. (ii) Despesas originadas com o ajuste de marcação a valor de mercado para as aplicações financeiras no exterior. (iii) Receitas originadas na antecipação de contas a receber, PagSeguro Brasil antecipando os valores dos seus clientes. (iv) O resultado de variação cambial no ano é explicado substancialmente pela atualização cambial das aplicações financeiras mantidas em moeda estrangeira (dólar), resultado impulsionado pela desvalorização da taxa de dólar frente ao real no ano de 2021.

25. Outras despesas, líquidas

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Provisão para discussões legais e outras	(29.877)	(29.400)
Recuperação de créditos fiscais (i)	36.179	-
Ganho/(Perda) de imobilizado e intangível	(18.710)	(4.424)
Multa sobre impostos	(554)	(133)
Ganho de capital (ii)	-	1.886.228
Ganhos e perdas Leasing	-	2.676
Outras	44.530	(14.503)
	31.568	1.840.444

(i) Refere-se a recuperação de créditos fiscais de INSS programa S divididos entres as controladas, sendo UOL a principal. (ii) Refere-se ao ganho na venda da controlada UD Tecnologia ocorrida em de 22 de abril de 2020 foi realizada a venda da empresa para o Grupo Dyn Data Centers.

26. Receitas por natureza

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita de assinaturas	594.148	454.724
Receita de publicidade e outras	889.524	608.461
Receita de hospedagem e locação	382.874	295.134
Receita com taxa de intermediação	7.582.652	5.087.361
Receita de data center	315.362	330.271
Receita de venda leitor de cartões de débito e crédito	13.218	-
	9.777.778	6.775.951
Deduções da receita de assinaturas	(110.470)	(94.605)
Deduções da receita de publicidade e outras	(99.883)	(125.677)
Deduções da receita de hospedagem e locação	(28.210)	(27.201)
Deduções da receita com taxa de intermediação	(767.044)	(485.125)
Deduções da receita de data center	(70.179)	(39.900)
Deduções da receita de leitor de cartões de débito e crédito	(3.649)	(176.448)
	(1.079.435)	(948.956)
Receita líquida	8.698.343	5.826.995

27. Despesas por natureza

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Assessoria/Consultoria	(2.631)	(580)	(603.177)	(460.247)
Custo da transação	-	-	(4.165.583)	(2.306.358)
Custo com mercadorias vendidas	-	-	(112.532)	(110.164)
Marketing e publicidade	(12)	-	(687.650)	(483.621)
Despesas com pessoal	(6.109)	(2.282)	(1.610.584)	(1.027.900)
Despesas água e energia elétrica	-	-	(2.715)	(12.951)
Depreciação e amortização	(800)	(800)	(976.088)	(598.951)
Despesas outros aluguéis	-	(1)	(337.780)	(319.314)
Serviços de terceiros	(7.373)	(6.041)	(474.197)	(326.347)
Despesas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(682.402)	(313.416)
Despesas com manutenção e ocupação	(21.043)	(5.791)	(137.003)	(111.171)

...continuação

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
	(37.968)	(15.495)	(9.789.711)	(6.070.440)
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	(800)	(800)	(7.005.237)	(4.572.237)
Despesas com vendas	(12)	-	(1.793.494)	(891.320)
Gerais e administrativas	(37.156)	(14.695)	(990.980)	(606.883)
	(37.968)	(15.495)	(9.789.711)	(6.070.440)

28. Instrumentos financeiros: 28.1. Políticas e categorias dos instrumentos financeiros: O Grupo procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. O Grupo entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo (exceto pelas LFTs incluídas em aplicações financeiras, que são negociadas em mercado ativo), poderiam ocorrer variações caso o Grupo resolvesse liquidá-los ou realizá-los antecipadamente. Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados conforme as seguintes categorias:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativos financeiros				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	44.811	1.106.219	1.264.966	3.268.494
Contas a receber de clientes	-	-	450.147	308.175
Contas a receber de intermediação	-	-	23.657.402	16.102.022
Contas a receber de partes relacionadas	283	933	6.387	3.320
Adiantamentos a fornecedores	1.138	534	169.637	18.419
Despesas pagas antecipadamente	1.739	-	187.561	121.498
Depósitos judiciais	-	-	82.969	38.710
Outras contas a receber	441	258	58.552	51.889
Investimentos	-	-	1.406	-
	48.411	1.107.943	25.879.026	19.912.526
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	3.472.685	3.069.657	8.159.048	7.988.121
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores	3.484	71	863.725	580.803
Obrigações com terceiros	-	-	13.217.150	10.101.510
Depósitos PagSeguro	-	-	3.133.996	763.351
Fornecedores de partes relacionadas	5.700	67.003	9.232	10.786
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.276.050	305.323
Adiantamento a clientes	-	-	302.419	239.334
Outras contas a pagar	26	2.408	661.016	160.787
	9.210	69.481	19.463.588	12.161.895

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e bancos, conforme Nota 5. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Total dos empréstimos	1.276.050	305.324
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.893.870)	(3.268.494)
Dívida líquida	(1.617.820)	(2.963.170)
Total do patrimônio líquido	19.570.179	18.998.094
Total do capital	17.952.359	16.034.924
Índice de alavancagem financeira	(9,01%)	(18,48%)

28.2. Gerenciamento de riscos: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de fraude (chargeback), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do Grupo, destacam-se: i) Risco de crédito: O Grupo mantém políticas de crédito aprovadas pela Administração, as quais preveem, dentre outros, a análise individual do cliente antes da prestação do serviço tanto de assinaturas como de publicidade e outros. O risco existe em razão da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Por meio de controles internos, o Grupo monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes, procedendo ao corte do acesso ao serviço de assinatura e publicidade, se a fatura estiver vencida há mais de 60 dias. O Grupo mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa que poderão ocorrer, devidas aos riscos de não recebimento desses valores, conforme mencionado na Nota 7. Para a operação de meios de pagamento, o risco de crédito é administrado corporativamente e se resume na possibilidade de inadimplência: (a) os emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar ao Grupo as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões; e/ou (b) os adquirentes, que são utilizados pelo Grupo para aprovar transações com os emissores. Para a mitigação desse risco, o Grupo instituiu um Comitê de Risco de Crédito e Liquidez, cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pelo Companhia e assim classificá-los em três grupos: (a) Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos ratings das agências FITCH, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional; (b) Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basiléia e imobilização; e (c) Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera que nenhuma perda decorrente de inadimplência ocorra a não ser os valores já baixados por chargeback. ii) Riscos de fraude: O Grupo utiliza dois processos para controlar o risco de fraude. O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente. O segundo processo se refere à operação de meios de pagamento que tem a função detectiva para tratamento de chargebacks e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Esse processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes. iii) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que o Grupo tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. O Grupo investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. iv) Risco cambial: O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui operações comerciais relevantes para uma exposição cambial e o Grupo possui controles internos que asseguram o monitoramento tempestivo dos riscos de exposição cambial e de taxas das aplicações financeiras em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Conforme políticas da Administração da Companhia são permitidas operações de derivativos, desde que protegidas por um swap com instituições financeiras de primeira linha com o objetivo único de proteção de riscos de flutuação do câmbio ou de taxa de juros. v) Critérios de determinação do valor justo: O valor justo dos derivativos é calculado com base em práticas usuais de mercado, usando os valores de fechamento das taxas de juros em reais para todo o período dos contratos. A metodologia utilizada foi o apreçamento de cálculo de opções comumente utilizado pelo mercado. vi) Mensuração do valor justo: O valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. • Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis). O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Esses ativos incluem investimentos em títulos privados. A tabela abaixo apresenta a mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora: Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Controladora: Dados observáveis significativos (Nível 2)	Controladora: Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Consolidado: Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Consolidado: Dados observáveis significativos (Nível 2)	Consolidado: Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.344.636	44.811	-	2.213.197	680.673	-
Aplicações financeiras	2.128.048	-	-	5.945.850	584.293	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	450.147	-
Contas a receber de intermediação	-	-	-	-	23.657.402	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	283	-	-	6.387	-
Adiantamentos a fornecedores	-	1.138	-	-	169.637	-
Despesas pagas antecipadamente	-	1.739	-	-	187.561	-
Depósitos judiciais	-	-	-	-	82.969	-
Outras contas a receber	-	441	-	-	58.552	-
Investimentos	-	-	-	-	-	1.406
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	3.484	-	-	863.725	-
Obrigações com terceiros	-	-	-	-	13.217.150	-
Depósitos PagSeguro	-	-	-	-	3.133.996	-
Fornecedores de partes relacionadas	-	5.700	-	-	9.232	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	1.276.050	-
Adiantamento a clientes	-	-	-	-	302.419	-
Outras contas a pagar	-	26	-	-	661.016	-

O Grupo avalia que os instrumentos financeiros reconhecidos nessas demonstrações financeiras são substancialmente similares ao seu valor justo. Para os ativos financeiros que são basicamente devidos à natureza dos recebíveis de intermediação que são devidos por instituições financeiras de primeira linha sujeito a baixo risco de crédito e são principalmente recebíveis em um período de curto prazo e são mensurados com base na consideração que o Grupo espera receber como parte dos serviços de processamento de transações. Os ativos financeiros também incluem as aplicações financeiras representadas por títulos do governo com preços cotados em um mercado ativo e reconhecidos no balanço patrimonial com base em seu valor justo e demais títulos de renda fixa no exterior também reconhecidos com base em seu valor justo. Os passivos financeiros são representados principalmente por contas a pagar de curto prazo a comerciantes, que são pagas de acordo com o contrato estabelecido com o comerciante e outras contas a pagar de curto prazo a prestadores de serviços no curso normal dos negócios e, como tal, também se aproximam de seus valores justos. Os passivos financeiros também incluem a contraprestação contingente resultante da aquisição da TILIX em 2018. O passivo é reconhecido ao valor justo na data da aquisição e com alterações no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado de acordo com o CPC 48, Instrumentos Financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, os principais indicadores de desempenho da TILIX mostram que é altamente provável que a meta seja alcançada devido à expansão dos negócios e às sinergias realizadas. Essa avaliação está alinhada com 31 de dezembro de 2020 e, como tal, nenhum custo de remensuração foi reconhecido no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. O valor justo é determinado considerando as saídas de caixa contratuais que serão necessárias se a meta for atingida e for substancialmente semelhante ao valor contábil. O input não observável significativo utilizado na medição é o lucro antes dos impostos da TILIX avaliado como provável pelo Grupo. Uma mudança na probabilidade de que a meta seja alcançada resultaria no desreconhecimento de tais passivos. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

29. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Atividades operacionais sem efeito caixa		
Pagamento baseado no Plano de Incentivo de Longo Prazo	13.410	72.433
Atividades de investimento sem efeito caixa		
Bens e equipamentos adquiridos através de contratos de locação	15.016	79.031
MTM de investimentos financeiros	271	(278)
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre o valor justo dos ativos adquiridos	32.748	-
Correções no preço de compra de aquisições	8.896	68.701
Atividades de financiamento sem efeito caixa		
Correções no preço de compra de aquisições sucessivas	-	-

30. Seguros: A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos que, com o objetivo de mitigá-los, contrata seguros com coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Controladora administra as apólices de seguros, cobrindo os principais ativos da operação de todas suas controladas e rateando seus custos entre todas as empresas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendaval a fumaça, lucros cessantes e riscos diversos para todo o seu patrimônio.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Estabelecimentos comerciais	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes	15.000
Escritório	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça	145.139
Responsabilidade civil profissional	Danos físicos, materiais, danos morais, prejuízos financeiros e outros	
Proteção de dados	Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética – CyberEdge	30.000

31. Plano de complementação de aposentadoria: A Companhia contribui, em nome de alguns empregados, para o plano de complementação de aposentadoria multiempregador de contribuição definida denominado Folhaprev Sociedade Previdenciária. A Companhia reconhece as correspondentes despesas no resultado do exercício em que são incorridas. Além das contribuições relacionadas, não existem outras obrigações presentes ou futuras resultantes à Companhia. 32. Eventos subsequentes: Aquisição de empresa: Em janeiro de 2022, a UOL adquiriu 100% do capital da Ingresso.com. Com mais de 20 anos de mercado, a Ingresso.com atua no setor de venda de ingressos online, oferecendo serviços que facilitam a vida dos consumidores. A operação foi no valor de R$ 52.000 com a Ingresso.com, vamos reforçar a nossa atuação no setor de entretenimento, oferecendo uma experiência completa de consumo de conteúdo, em conjunto com a venda online de ingressos, um segmento em que anteriormente não participávamos. A conclusão do negócio está sujeita à aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras. Em janeiro de 2021 a Companhia vendeu a sua participação que detinha na controlada Plural Editora e Gráfica Ltda. ("Plural") têm por objetivo a impressão, o acabamento, a venda, a distribuição, a importação e a exportação de revistas, pôsteres, fascículos, folhetos, informes publicitários e outros materiais e produtos gráficos, bem como a edição de livros e outras publicações não periódicas, podendo também participar do capital de outras empresas como sócias ou acionistas, também tem como objetivo a locação de bens próprios móveis ou imóveis. Em março de 2022, a controlada Ciatech adquiriu 68% do capital da Qulture Informatica, pelo montante de R$ 139.563 fundada em 2015, a Qulture é uma plataforma web e mobile de gestão de desempenho, a empresa está localizada na cidade de São Paulo SP e contempla, em sua plataforma, ferramentas de avaliação de desempenho, metas e OKRs, feedbacks instantâneos, elogios públicos, PDI, 1:1s, gestão de times remotos, pesquisas e people analytics. O software em nuvem armazena dados de usuários e os utilizam para avaliações e desenvolvimento profissional de cada funcionário e a plataforma da Qulture pode ser parametrizada conforme a necessidade do departamento de recursos humanos de seus clientes. Em março de 2022 a controlada Ciatech promoveu uma restruturação onde incorporou a Skore visando maior sinergia para o negócio.

A Diretoria

Glauber Aleixo Frediani – Contador – CRC SP270604/O-7

"As demonstrações financeiras foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, que emitiu parecer sem ressalvas, nos seguintes termos: "Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OFL Participações S.A. e da OFL Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil."

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 08/09/2022 14:27:51 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/7007

ICP Brasil